

CLOTILDES FARIAS DE SOUSA

A LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO

Aracaju, 2016

Sousa, Clotildes Farias de
A Liga Sergipense contra o Analfabetismo/ Clotildes Farias de Sousa. –

*A Celeste e Francisco,
a quem mais amo.*

Agradecimentos

Agradeço o apoio recebido para realização da pesquisa sobre a Liga Sergipense contra o Analfabetismo e a sua posterior publicação. À Loja Maçônica Continguiba. Agradeço, também, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e à Universidade Federal de Sergipe. Em especial, agradeço, ao Sr. José Francisco da Rocha, Sr. Geraldo Bezerra, Sr. João José de Jesus Santos e Sr. Iraken Ferreira dos Santos, da Loja Maçônica Cotinguiba; aos ex-diretores e ex-professoras da Liga Sergipense contra o Analfabetismo: Sr George Leite, Sr. João Barbosa dos Santos, Sr. José Eugênio de Jesus, Sr. José Francisco da Rocha, Sr José Osman, Sr. Roberto Ferreira de Barros, Sr. Carlos Teles Sattler, Sr^a Ana Maria dos Montes Silva, Sr^a Maria Dalila de Araújo, Sr^a Maria das Dores Melo Santiago, Sr^a Maria Madalena Moura. Ao querido ex-aluno, Sr. João Alves de Oliveira. Sobretudo, agradeço ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, minha fonte de inspiração acadêmica; à Prof^a Dr^a Terezinha Alves de Oliva, orientadora comprometida; à Prof^a Dr^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, incansável incentivadora; às amigas queridas: Rosemeire Marcedo Costa, Stela Maris Matos da Rocha, Úrsula Rangel Goothuzem Albuquerque, Vera Maria dos Santos; a amiga Mônica Maria Soares Rosário, por todo o carinho dispensado no momento da publicação; a família de coração: Auremir, Sônia, Bianca e Auremir Júnior Tabosa; as minhas adoráveis sobrinhas: Daniela, Desiree e Débora Sousa Santos. Com todo carinho, agradeço aos meus pais e aos meus irmãos, por me concederem a liberdade para o estudo, em tempos difíceis.

Rumo à Luz

[...] Sergipanos: erguei bem alto o pensamento, porque melhor possaes prestar um juramento: Juramento de amor em prol de uma cruzada Pela Pátria maior, ativa e iluminada [...]. Sergipanos: erguei bem alto o pensamento, porque melhor possaes prestar um juramento: E jurando, exercei todo o vosso carinho, no desbravar á luz, o mais amplo caminho... Jurae, de coração, porque, porque enfim, se dissipe o analphabetismo em terras de Sergipe!

Góes Duarte

Lista de imagens

Imagem 1: Liga Sergipense contra o Analfabetismo – 2004.	
Imagem 2: Itala Silva de Oliveira [1917].....	17
Imagem 3: Adolpho Avila Lima [<i>sem data</i>].....	29
Imagem 4: Amiyntas José Jorge [<i>sem data</i>].....	31
Imagem 5: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – 2005.....	44
Imagem 6: Loja Maçônica Cotinguiba [<i>sem data</i>].....	45
Imagem 7 – Mapa da expansão escolar da LSCA -1916-1950.....	55
Imagem 8: Inauguração da Escola Artur Fortes – 1945.....	57
Imagem 9: Intendência de Laranjeiras [1933-1934].....	62

Lista de Siglas

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

LSCA – Liga Sergipense contra o Analfabetismo

LBACA – Liga Baiana contra o Analfabetismo

LBCA – Liga Brasileira contra o Analfabetismo

LDN – Liga de Defesa Nacional

LMC – Loja Maçônica Cotinguiba

LNSP – Liga Nacionalista de São Paulo

LPCA – Liga Pernambucana contra o Analfabetismo

UFS – Universidade Federal de Sergipe

Lista de quadros

Quadro 1 – Escolas da Liga Sergipense contra o Analfabetismo – 1916-1950.....	58
---	----

Sumário

Introdução.....	12
I - A Liga Sergipense Contra o Analfabetismo no Movimento Educacional Brasileiro.....	17
1.1 Adesão sergipana à ideia de salvação nacional pela educação.....	21
1.2 A liderança de Olavo Bilac no movimento nacionalista.....	26
1.3 A LSCA pelo viés de sua organização e do seu funcionamento.....	29
1.4 A LSCA e os seus diretores: registro dos conflitos.....	37
II - Cultura e sociedade em Sergipe: os intelectuais e suas representações sobre o analfabetismo e a educação ideal para Brasil.....	43
2.1 A pedagogia da LSCA.....	50
III - Difusão das luzes: expansão escolar e práticas civilizatórias da LSCA.....	54
3.1 As escolas: lugares de civilização.....	59
3.2 As práticas escolares.....	63
3.3 Além das escolas, o saber e amor à pátria iluminam a cidade.....	72
Considerações finais.....	78
Bibliografia.....	82
Fontes	87

Prefácio

A obra que agora vem à luz é o resultado de uma intensa investigação realizada pela Profa. Clotildes Faria Sousa a respeito da Maçonaria, instituição ainda pouco estudada pela História da Educação brasileira. Sua pesquisa contribui sobremaneira para desconstruir matrizes interpretativas que teimam em afirmar que o Estado não se preocupava com a educação do cidadão. Como também, traz à luz a importante ação da Maçonaria brasileira nas diversas áreas da sociedade, nesse caso, na área da Educação. A atuação da Maçonaria no campo do ensino não somente em Sergipe, mas no Brasil, ainda é pouco conhecida, pois ainda não há muitas referências ao trabalho pedagógico maçônico.

Na perspectiva da História Cultural e, utilizando-se de fontes inéditas, a Profa. Clotildes Faria Sousa, com esmero, apresenta-nos a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, organizada pela Loja Maçônica Cotinguiba, no dia 24 de setembro de 1916. Foram analisados estatutos, livros de atas, livros de caixa, relatórios de visitas, termos de convênios, contratos, recibos de compra, correspondências, declarações, projetos, jornais. Além desses documentos, a autora utilizou-se da História Oral, realizando entrevistas e cruzando com a documentação selecionada, buscando se aproximar de um passado distante, fugidio. Todo esse trabalho revelou o cotidiano da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, através de sua organização administrativa, suas lideranças e representações sobre a alfabetização, das práticas escolares e culturais que disseminou durante décadas.

O livro da Profa. Clotildes Farias de Sousa é uma obra de referência para a História da Educação brasileira, por deslindar parte da ação da Maçonaria na área de Educação, uma associação voluntária secular que tem atuado sistematicamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, formando cidadãos conscientes de sua importância nessa construção.

Praia do Refúgio, 24 de junho de 2014.
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

Introdução

Os trinta e quatro primeiros anos da Liga Sergipense contra o Analfabetismo (LSCA) marcaram a sua existência e dos seus líderes, representantes da elite intelectual sergipana responsável por duas das principais instâncias civilizatórias locais: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e Loja Maçônica Cotinguiba (LMC), ambas promotoras do ideário nacionalista de democratização do ensino no País. Entre os anos de 1916 e 1950, aquela sociedade particular de caráter filantrópico firmou-se no campo cultural local como expressão do movimento pró-civilização nacional por ter implantado uma rede de escolas de alfabetização e disseminado, junto à população, um sentimento de amor às luzes do saber e à Pátria.

A civilização espalhou-se pelo Estado como noção que representava a autoimagem ou comportamento daquele grupo de intelectuais reunidos em torno da LSCA, contrapondo-se à ignorância da maioria analfabeta e tornando-se síntese daquilo que a sociedade local julgou superior: a cultura escrita como expressão de um projeto maior de sociedade, de construção de uma nacionalidade republicana. Difundiu uma sensibilidade indicativa do nível de progresso e civilização alcançado pelo Estado e País naqueles anos, em termos de “[...] sua tecnologia, natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais” (ELIAS, 1993, p. 23).

Os propósitos nacionalistas revelaram-se na missão de formar o homem sergipano e brasileiro; um homem capaz de pensar, agir e fazer o bem para promover Sergipe à condição de Estado civilizado e moderno porque essa era a grande preocupação dos intelectuais-educadores: criar nova identidade para o país mediante proposta de “[...] cultivar o sentimento e o entendimento ao mesmo tempo, isto é, instruir educando e educar instruindo.” (LIMA, 1919, p. 269-276).

Tratava-se de uma versão ufanista do pensamento local assentado nas ideias da chamada “ilustração brasileira”; ou seja, dos autores que produziram trabalhos entre 1870 e 1914, procurando iluminar o país pela ciência e cultura. O ufanismo brasileiro destacou as condições naturais do país e enfatizou a necessidade de um amor incondicional à terra de nascimento, com longa tradição no pensamento nacional, sendo representado por Afonso Celso e Olavo Bilac (OLIVA, 2000).

A consciência nacionalista dos intelectuais sergipanos expressou-se na fundação de instituições culturais como a LSCA cujo papel era orientar e disciplinar a população para construção de um Sergipe não apenas moderno e inserido no mundo civilizado, mas detentor de uma identidade, ou seja, da capacidade de esboçar um olhar sobre si mesmo para descobrir as raízes e registrar os aspectos locais por meio de teorias, instrumentos e projetos; capacidade de explicar e justificar a representação “Sergipe” a partir da luta pelo território, da organização da memória e da civilização da população (FREITAS, 2000).

A LSCA representou a realidade contraditoriamente construída pelos diferentes grupos sergipanos e as práticas que visaram fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Tornou-se uma forma institucionalizada e objetivada graças a qual os seus representantes marcaram, de forma visível e perpetuada, a existência do grupo e da comunidade a qual pertenciam, nos termos já propostos pelo historiador Roger Chartier (1990).

Expandiu-se no terreno fértil dos intensos debates sobre a escola primária e seus efeitos benéficos para a política e economia da nação, assumindo os contornos sociopolíticos da República, sem perder a consciência sobre a organização dos instrumentos necessários à escrita da sua história, a sua conservação e transmissão, tendo revelado o que determinados estudiosos já perceberam em relação ao Estado Moderno: “[...] os laços existentes entre o seu desenvolvimento e os progressos da alfabetização das populações” (CHARTIER, 1990, p. 217), as competências culturais das pessoas que exercem e apreendem o poder por meio de textos que se destinam a ser lidos.

Insurgiu em meio às alterações positivas verificadas nos diversos setores do Estado: político, econômico e social, no auge das mudanças sentidas em termos do crescimento econômico, incremento do comércio e da indústria, da urbanização, pois na capital assistia-se à modernização (NUNES, 1984) verificada com o aparecimento de construções luxuosas, centros de diversões como o cinema (1909), bonde à tração animal (1901) e automóvel (1913). Aracaju passava a contar com os serviços de água encanada (1908), de luz elétrica (1913) e esgotos (1914); tornava-se o centro das decisões políticas do Estado, concentrando também o maior número de indústrias e casas comerciais. A partir da Primeira Guerra Mundial, a cidade começou a perder a “má fama” de lugar tomado pelas poças d’água e doenças, passando a ser centro de atração residencial. O número de operários era grande, a maioria trabalhadores das duas fábricas de tecidos então existentes (DANTAS, 1999).

A LSCA impulsionou o setor educacional sergipano ao transmitir a cultura escrita, apesar de Maria Thétis Nunes (1984) afirmar que em tal aspecto o estado permanecia em decadência frente ao desenvolvimento alcançado nos demais âmbitos da vida cotidiana. A Primeira República foi um momento de crescimento para a rede institucional, quando se constituíram espaços com poder de disciplina suficiente para fazer os intelectuais sergipanos “[...] lutarem pela constituição de uma república das letras em Sergipe” (SOUZA, 2001, p. 55).

Não se tratava de mera reação aos insatisfatórios índices de atendimento escolar naquele momento, pois a LSCA foi mais que instrumento de ampliação das bases eleitorais (PAIVA, 1987) ou expressão daquele nacionalismo militante do contexto da Primeira Guerra Mundial, fruto do princípio de salvação nacional pela educação (OLIVEIRA, 1990). Foi uma congênere da Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBCA) que representou o movimento de combate à ignorância e elevação dos princípios democráticos, pois o analfabetismo não foi o único foco, mas a alfabetização, seus agentes e modos de atuação, com as diferentes motivações, irregularidades e dispersões de sentidos existentes em torno desse processo. A tônica fundamental era o uso da escrita, da leitura e do cálculo, aliado à compreensão do conteúdo cívico-patriótico, em clara comprovação da ideia de que a “[...] alfabetização é uma palavra e uma realidade” (FRAGO, 1993, p. 15).

A LSCA inscreveu-se na história da educação brasileira, imbricada também em uma história da leitura e das suas causas, conexões e implicações ideológico-culturais, nas “[...] trajetórias complexas da palavra proferida ao texto escrito, da escrita lida aos gestos feitos, do livro impresso à palavra leitora.” (CHARTIER, 1990, p. 136). As práticas culturais da LSCA, seus sujeitos e seus produtos, tomados esses últimos em sua materialidade, são objetos de uma História da Educação que segue o rumo das mudanças implementadas nas pesquisas quanto aos temas/problemas e as fontes (CARVALHO, 2000a); uma História da Educação suficientemente distante da História da Pedagogia ou História do Pensamento porque voltada para o desvendar do cotidiano de uma instituição e disposta a alcançar os processos de transmissão da cultura (JULIA, 2001).

É justamente a história cultural da LSCA o eixo central deste livro, pioneiro, em certa medida, pela inexistência de trabalhos específicos sobre tal conteúdo até o momento da pesquisa, quando os estudos locais sobre alfabetização estavam focados em marcos temporais posteriores a 1950 e sem qualquer referência ao tema em questão (BARROS, 1995; SILVA, 1996; SOARES, 1994; TORRES, 1996).

Tal história nasceu das “coisas velhas” as quais já se referira Camargo (2000), encontradas nos diferentes arquivos porque se passou tantas vezes à procura de informações; dos documentos encontrados na sede da LSCA, na Rua Laranjeiras, Aracaju, onde ainda estavam guardados: estatutos, livros de atas, livros de caixa, relatórios de visitas, termos de convênios, contratos, recibos de compra, correspondências, declarações e projetos. A história surgiu do enfrentamento das dificuldades vindas à tona durante a busca por fontes; pela superação da falta de organização arquivística e da necessidade de manuseio dos documentos empoeirados, molhados, tomados pelas traças, inclusive pelos marimbondos que vez ou outra teimavam em aparecer.

O IHGSE guardava coisas valiosas, principalmente jornais velhos, mas também os Estatutos e algumas fotografias da LSCA. A Biblioteca Pública Epifânio Dória protegia o órgão próprio de imprensa da instituição, o jornal “Pela Patria”, sem possibilidade de consulta à época da investigação, sob alegação das péssimas condições em que se encontrava. O Arquivo Público do Estado preservou significativa mostra documental com mais de duzentos exemplares à disposição, entre “Boletins do Movimento Escolar” e termos de visitas e inspeções realizadas nas escolas da LSCA. Outros acervos abrigavam material útil à pesquisa: Instituto Tobias Barreto, Biblioteca Central da UFS, Programa de Documentação e Pesquisa do Departamento de História/UFS, memoriais e bibliotecas de cidades do interior como Estância, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Maruim e Simão Dias.

Para além dos documentos escritos, a “história oral de vida” tornou-se imprescindível (MEIHY, 2000). Os testemunhos revelaram a destruição de documentos jogados às traças, incinerados ou simplesmente perdidos nas várias mudanças dos prédios escolares; revelaram também a conservação da memória institucional assegurada por pessoas que enviaram para biblioteca da LMC o que restou das correspondências e relatórios do período de 1916-1928. As memórias surgiram à medida que os lugares foram visitados e pessoas encontradas, seguindo as indicações contidas nos documentos escritos: endereços, nomes de escolas, professores e diretores. Elas estavam nos Bairros 18 do Forte, Industrial, Cirurgia, Siqueira Campos e no centro da capital sergipana, mas também nas cidades do interior, em Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Japaratuba, Laranjeiras, Maruim, Salgado, Santo Amaro, São Cristóvão, Simão Dias e Riachuelo.

Destaque-se o depoimento de um ex-aluno e de uma ex-professora pelo caráter significativo e emotivo das suas lembranças sobre a vida escolar, pois os seus depoimentos somaram-se ao conjunto dos dados e permitiram uma operação analítica paciente e crítica face às muitas possibilidades de respostas às perguntas suscitadas; afinal senão pela variedade de

fontes e informações seria possível no âmbito da investigação “[...] darmos significação a uma palavra, uma forma, uma figura, um símbolo nele(s) contido, que insistentemente nos incomoda, nos remete a um mundo que desconhecemos e do qual ainda não nos apropriamos?” (LOPES, 2001, p. 92-93).

Os registros orais e escritos encontrados serviram à escrita deste texto, o qual reúne os interlocutores e alinha os discursos antes dispersos em um tempo superior a três décadas de história daquela seara, tornando-se resultado de um esforço empregado para dar sentido às práticas perscrutadas e tornar conhecida ao leitor uma particularidade da História da Educação Sergipana, aquela que revela o cotidiano da LSCA a partir da sua organização administrativa, das suas lideranças e representações sobre a alfabetização, das práticas escolares e sensibilidade cívico-patriótica que disseminou.

Capítulo I

A Liga Sergipense contra o Analfabetismo no movimento educacional brasileiro

A LSCA surgiu, oficialmente, em 24 de setembro de 1916 com cerimônia realizada na sede do IHGSE, onde foram aclamados os seus primeiros protetores e diretores, em presença do Presidente do Estado, Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, que prometeu esforços no sentido do desenvolvimento da associação (LSCA, 1916). Na ocasião, o combate ao analfabetismo foi estabelecido como meta primordial para que, à época do primeiro Centenário da Independência política nacional, pudesse o Estado de Sergipe comemorar, também, a liberdade da ignorância de suas cidades e vilas (SERGIPE, 1917).

O evento pôs fim a certa ansiedade registrada em 1915 quando se declarou instalada uma liga contra o analfabetismo que não chegou a ser efetivada, na tentativa de adiantar o processo em relação aos demais Estados (OLIVEIRA, 1916a). A jovem aracajuana Ítala Silva de Oliveira, nascida em 18 de outubro de 1897, foi porta-voz das primeiras manifestações para criação da LSCA. Com apenas dezoito anos, a filha do segundo casamento de Silvano Auto de Oliveira com Marcionila Silva de Oliveira, chamou a atenção da opinião pública via imprensa com seus discursos sobre a educação das mulheres e o combate ao analfabetismo (GUARANÁ, 1925).

I
A
F

Órfã desde os oito anos de mãe, Ítala Silva de Oliveira era irmã de Geovana, Walkiria, Adalberto, Jefferson e Ansou da Silva Oliveira; era uma mulher que lutava pela ocupação feminina nos espaços públicos, tradicionalmente reservados aos homens (FREITAS, 2003). O ato da fundação respondeu aos seus apelos pela educação feminina e de tantos outros intelectuais que reforçaram tal necessidade ao denunciarem o alto índice de analfabetismo no Brasil, apenas superado na América Latina pela Bolívia e Venezuela, assim como o baixo índice de 17% da população brasileira com acesso à escola, de um total de trinta milhões de habitantes (LIMA, 1916c).

O combate ao analfabetismo era assunto urgente para Ítala Silva de Oliveira e tantos outros contemporâneos seus porque: “[...]se commentava sobre a demora da fundação da Liga Sergipana contra o Anaphabetismo. Pois que?! Sergipe intellectual, de braços cruzados nessa campanha contra o analphabetismo?!” (GUIMARÃES, 1916). Todos estavam ciente das estatísticas que nutriam a ideia há algum tempo presente nos meios intelectuais acerca da miserabilidade brasileira frente aos países considerados mais civilizados do mundo; realidade marcada pelo analfabetismo e poucas oportunidades de ensino primário. No imaginário da época, o Brasil era lugar de ignorantes, incapazes, fúteis, ociosos e egoístas; império da arbitrariedade e crise a ser salvo pelos “destemidos e compenetrados da miséria do país” (OLIVEIRA, 1916a).

Aquela realidade contrapunha-se à Europa e à América do Norte, especialmente os Estados Unidos da América, representante da civilização e do ideal a ser alcançado por todos que se dignassem a construir a nação pela difusão das letras, assim como pelo sentimento cívico-nacionalista. O combate ao analfabetismo era um discurso que chegou a superar em importância o próprio movimento abolicionista, por se tratar da emancipação da ignorância, da apatia e amolecimento supostamente típicos da nação, pois:

[...] da difusão da instrução, em todo o Brasil, é de que depende o futuro da patria nova, da que nós vamos entregar aos filhos, uma patria de luzes, de espírito, e de energias, uma patria em que todos saibam ler e em que governos e governados respeitem-se mutuamente, cada um com a perfeita compreensão das suas responsabilidades (SANTIAGO, 1919, p. 4).

Derrubar a escravidão branca, ao povoar o país de gente culta e obter a libertação, eis a missão! Formar gente que vê, sente e age, capaz de protestar e aplaudir boas ações, de unificar a nação foi a missão que levou à fundação da LSCA. O primeiro passo foi a instalação das escolas noturnas femininas propostas por Ítala Silva de Oliveira para solução do atraso intelectual em que viviam as mulheres sergipanas, para ela um problema resultante da tradicional formação jesuítica, do hábito da moda nos centros urbanos e do ócio vigente nas povoações e vilas. Se bem formadas, as mulheres participariam da reconstrução nacional como professoras das crianças de suas cidades e vilas por menores que fossem os seus conhecimentos, sem outras recompensas além da consciência de terem contribuído com a pátria, pois o ensino era uma prática de beneficência.

A primeira escola noturna feminina foi fundada no Grêmio Industrial por Thales Ferraz, o diretor-gerente da fábrica Sergipe Industrial, uma das mais importantes iniciativas em prol da LSCA porque símbolo de amor ao país e exemplo para outros empresários. Com a criação daquela escola, foi dado o primeiro e importante passo para a educação da mulher, esposa e mãe, a quem se atribuía a incumbência de espalhar pelo lar a moralidade, a virtude, a

honradez e o trabalho. A escola foi instalada no Grêmio Industrial porque o local era agradável, com biblioteca, salas amplas e arejadas, onde estudavam os filhos dos operários durante o dia (OLIVEIRA, 1916b).

A atitude de Thales Ferraz ao criar aquela escola denunciou o ponto de vista masculino sobre a simbologia da mulher delicada e terna tão essencial ao movimento educacional pela relação de tais atributos com a capacidade de formar o espírito, o coração e o caráter dos filhos, as gerações seguintes, sobretudo a infância na qual se depositava a esperança de engrandecimento nacional (LEÃO, 1916).

Ao acontecimento da criação da primeira escola noturna feminina somou-se a realização do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em setembro de 1916, na cidade de Salvador, com grande repercussão na fundação da LSCA. Aquele Congresso foi importante para Sergipe pela significativa inscrição de trabalhos, porque pelo menos cinco memórias foram apresentadas; foi também importante pela aclamação do Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão como Presidente de Honra do evento porque pela primeira vez o Estado recebeu tal deferência; foi ainda relevante pelas defesas nas sessões parciais de Rodrigues Dória em face das pretensões de Braz do Amaral na questão de limites com a Bahia e de Souza Carneiro, engenheiro civil, professor da Escola Politécnica da Bahia, acerca da memória apresentada por Ítala Silva de Oliveira, aprovada e cotada para publicação nos anais do evento. Finalmente, o Congresso teve notoriedade por tratar do combate ao analfabetismo (CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1916).

Foram estas as memórias apresentadas por intelectuais sergipanos naquele Congresso: “Glossario Etymologico dos Nomes da Lingua Tupi na Geographia de Sergipe”, por Armindo Guaraná; “Influencia dos Factores Geographicos na Formação da Sociedade Brasileira”, por Florentino de Menezes; “A Geographia e a Guerra”, por José da Costa Filho; “Necessidade do Ensino da Geographia”, por Ítala Silva de Oliveira e “Do Ensino da Geographia – (regras e nomenclaturas)”, por Helvecio de Andrade (CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1916)

O geógrafo Theodoro Sampaio, presidente da comissão organizadora daquele evento, lançou desafio aos intelectuais presentes de constituírem comissões estaduais para defesa e proteção do ensino primário e combate ao analfabetismo, visando extingui-lo até a data do Centenário da Independência do Brasil, inclusive ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia para que fundasse a Liga Baiana contra o Analfabetismo. Dirigindo-se aos congressistas, ele declarou:

[...] seis annos nos restam apenas para attingil-a; mas seis annos bastam a homens de bôa vontade para emprehender uma campanha generosa e nella gloriosamente triumphar seja embora essa campanha a do analphabetismo, campanha tão alevantada nos seus intuitos e nos seus effeitos como aquella da abolição do elemento servil, que foi uma victoria assignalada da vontade dos brasileiros. Quem pode o mais, pode o menos. Quem aspira a estudar e a servir a Geographia deve começar por saber ler. Este Congresso não preencheria certamente os seus fins se, antes de encerrar os seus trabalhos, antes de dar por terminada a sua missão, não deixasse bem assignalada a vontade dos brasileiros (CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1916, p. 44)

A sessão do IHGSE do dia 24 de setembro de 1916 marcou o retorno dos representantes sergipanos daquele Congresso, quando Luiz José da Costa Filho descreveu os principais acontecimentos e teceu elogios a Theodoro Sampaio por defender as ligas contra o analfabetismo. Então, o Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão nomeou imediatamente os primeiros diretores e declarou fundada a LSCA, a qual foi mais tarde reconhecida como prova de avanço do Estado, pois: “Sergipe, posto que o menor dos Estados Brasileiros, se não quedou indiferente a esse movimento nobilitante, com que se pretende resgatar a dívida maior para com a Pátria [...]”. (DALVA, 1919).

As críticas surgiram com aquela iniciativa e foram combatidas com o exemplo de honradez dos defensores contra a insensibilidade dos inimigos da pátria (LIMA, 1916b). Dentre os defensores esteve Costa Filho que por vezes defendeu a LSCA, embora jamais tenha figurado no quadro de diretores, com discursos importantes sobre a relação entre instrução primária e soberania nacional, sobre a educação e sua importância na constituição da democracia. Fora do Estado, o General sergipano José Maria Moreira Guimarães também fazia a defesa da instituição em nome do triunfo dos grandes ideais (GUIMARÃES, 1916b).

Outros advogaram a causa mais diretamente, a exemplo de Adolpho Avila Lima para quem as ideias salvadoras e raras no país deviam ser amplamente divulgadas. Ele cuidou da divulgação inicialmente, mantendo informado dos fatos de Sergipe o Presidente da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, Ennes de Souza, assim como outros diretores das congêneres estaduais. Recebia o estímulo de todos eles em resposta, a exemplo de Theodoro Sampaio que enviou da Bahia os seus votos de sucesso, destacando a necessidade de concentração das atenções na conquista do interesse e simpatia da família e do cidadão, pois assim se auxiliaria o poder público na perseguição do objetivo comum (LIGA..., 1916a).

No concurso das disputas sobreviveu a LSCA por décadas, em meio às defesas e oposições de quem viveu o momento da primeira metade do Século XX e experimentou a diversidade das práticas e representações do movimento educacional nacionalista brasileiro.

Adesão sergipana à ideia de salvação nacional pela educação

A criação da LSCA fortaleceu o movimento de construção da nação pela educação, homogeneização cultural e moral, pois com a significativa adesão da população a causa do combate ao analfabetismo tornou-se uma das principais expressões daquele ideário em Sergipe, ao lado de instituições como o IGHSE e a LMC.

A agremiação expressou o entusiasmo pela educação em Sergipe ao instigar a elevação da consciência do novo regime, da crença na multiplicação de escolas para fazer o Brasil alcançar o grau de desenvolvimento das grandes nações do mundo (NAGLE, 2001). Também representou o otimismo pedagógico ao propor a reforma da sociedade pela escola que formaria o homem necessário à nova ordem social (PAIVA, 1987). Mas, foi além ao valorizar um tipo de organização específica, ao exigir uma nova pedagogia em detrimento da mera expansão do ensino (CARVALHO, 1998).

A marcha para a civilização em Sergipe dependia da instalação de determinadas instituições culturais (SOUZA, 2001), de preferência pautada nos mesmos ideais cientificistas da ilustração, aquele movimento intelectual que ficou mundialmente caracterizado pela ênfase na cultura, civilização, progresso e humanidade. Conhecido também como Iluminismo, tal movimento baseava-se na concessão à liberdade do uso da razão e consideração da ciência como representativa do nível mais alto da evolução intelectual, capaz intervir nos destinos da humanidade e apontar caminhos para a civilização (CASSIRER, 1991).

Embora voltada para o trabalho específico de organizar escolas, a LSCA era uma representação para um movimento de âmbito nacional, de efusiva crença no poder da educação como garantia do progresso e de profunda confiança na democratização da sociedade (DANTAS, 1999). Por isso cumpriu o papel de congregar instituições e indivíduos dos mais diversos grupos sociais, desde padres a comerciantes, industriais, professores, autoridades públicas e donas de casa, contando com a imprensa para difusão da imagem positiva requerida e conquista de simpatizantes, conclamando o patriotismo e reivindicando escolas.

O próprio nome faz alusão ao seu papel, pois a palavra “liga” remete a acepção latina do verbo *alligare* com significado de “compor, ligar-se a” em referência ao ideal de federação. No português medieval, o termo corresponde ao comprometimento mútuo, aliança religiosa,

política ou jurídica. Atualmente, o verbo ligar ainda significa “união”, “aliança” ou “pacto” (FERREIRA, 2001).

Para amparar a LSCA, o IHGSE mobilizou-se e apresentou os principais pressupostos da campanha e os primeiros subsídios materiais necessários ao projeto, principalmente por seu papel central no movimento de construção da identidade sergipana e propósito de civilizar a comunidade, irradiando “[...] saberes básicos, responsáveis por retirar as massas humanas do pântano da ignorância [...]” (FREITAS, 2000, p. 85).

A trajetória da LSCA foi marcada pela conotação política do seu projeto educacional, sempre atrelada à questão da nacionalidade e à busca pela solução dos problemas sociais brasileiros; relacionada ao ideal de civilização e à perspectiva de organização da população para que esta despertasse do suposto estado de letargia, ganhando forças para atuar no combate à ignorância.

Da parte do Estado sergipano, obteve apoio financeiro e reconhecimento porque havia real intenção política de mostrar à nação que os interesses da sociedade local convergiam para o fim do progresso. Sem eximir o poder público da sua responsabilidade com a educação, atuou como força social secundária, incentivando a população a exigir atitudes práticas em relação ao problema da instrução, censurando as chamadas reformas de gabinete, distantes das reais necessidades do povo.

Legalmente, a responsabilidade do Estado brasileiro com o ensino primário remonta ao Ato Adicional de 1834 que garantiu às assembleias provinciais legislarem sobre instrução pública, com o propósito de colocar o Brasil no nível das nações mais avançadas, mas à sociedade civil atribuía-se também compromissos com as causas públicas (BOTO, 1990). A LSCA, tanto era prova do compromisso da população com a educação, quanto dos poderes estaduais e municipais, sendo inclusive apresentada como resposta às pressões externas acerca da eficiência política dos governantes locais. Em 1920, a Liga Nacionalista de São Paulo cobrou do Governo de Sergipe a criação de escolas primárias e profissionais em nome da proximidade do Centenário da Independência do Brasil, para fortalecimento do sentimento de nacionalidade e patriotismo. Em resposta, foi advertida da situação desapontadora do Brasil em termos de ensino do ponto de vista geral e não particularmente de Sergipe, apesar do empenho do Presidente Joaquim Pereira Lobo no tratamento da questão, empregando um terço das rendas públicas no ensino e apoiando a campanha da LSCA (A LUTA..., 1920).

Ao longo dos anos, autoridades a colocaram na primeira linha das ações voltadas para a superação da ignorância e desenvolvimento do altruísmo necessário à civilização, pela repressão ao analfabetismo e representatividade nacional adquirida. Vinte anos depois da inauguração ainda era exemplo de idealismo nacional em matéria de instrução e estímulo à Cruzada Nacional de Educação, com destaque na imprensa nacional, embora o entusiasmo dos anos posteriores à Revolução de 1930 tivesse outra conotação política para as sociedades privadas (LIGA..., 1936).

Na década de 1930, as instituições ainda possuíam caráter filantrópico e humanitarista, sendo o ideal de perfeição humana assumido como posição central nas manifestações de consciência fraternal, prática de cooperação e solidariedade (PAIVA, 1987). A Cruzada Nacional de Educação, desde a criação em 1932, tornou-se a maior representação nacional das campanhas em favor da difusão do ensino e da criação de escolas para adultos e crianças, com notável importância diante do perigo reconhecido de o Brasil se colocar estatisticamente após a China e a Índia em números de analfabetos, no quadro do entusiasmo pelo desenvolvimento econômico que caracterizava aqueles anos.

Os líderes da Cruzada Nacional de Educação chegaram a Sergipe em 1934, liderados pelo universitário Gustavo Armbrust, para uma conferência sobre o combate ao analfabetismo no Estado que aconteceu na residência do então presidente da LSCA, Amyntas José Jorge. Os acadêmicos foram surpreendidos pela organização administrativa apresentada, como mais tarde relatou o acadêmico Aben Attar ao jornal “A Tarde”, da Bahia, de 25 de abril de 1935: “(...) organização administrativa unica, exclusivamente unica, no nosso paiz: o Estado trabalha, não é já comezinho trato administrativo immediato, mas prepara um trabalho que só o futuro cabe agradecer e a historia registrar” (COMTE, 1936, 1ª col.).

Os ideais patrióticos e filantrópicos da LSCA harmonizaram-se com a missão de outras instituições a ponto de levá-las a assumir a maior parte do ônus da campanha por décadas. Recebeu o apoio financeiro do IHGSE desde a fundação até o ano de 1929, dispondo também da sua sede para realização das atividades pertinentes. Por razões pouco conhecidas, os auxílios foram interrompidos por ordem dos atuais presidente e tesoureiro respectivamente do Grêmio, Francisco Nobre de Lacerda e Epiphany da Fonseca Doria, com certa repercussão negativa junto aos líderes da LSCA que se pronunciaram a respeito: “Quanto às razões que levaram os illustres membros do Instituto a tão estranho gesto, eu me dispenso de analysal-os, por julgal-as fragilissimas, a menos que, o que em absoluto não posso crer, tenha o sr. Presidente do Estado intervindo no assumpto.” (JOSÉ JORGE, 1929, p. 3).

Na condição de Venerável da LMC, Epiphânio da Fonseca Dória já havia suprimido dois anos antes a contribuição prestada desde a fundação da LSCA (LMC, 1927), embora isso não tenha impedido posteriormente que a antiga filiada realizasse a tradicional festa de encerramento do ano letivo das escolas em seus próprios espaços e se tornasse maior benemérita. Em 1941, a LMC assumiu definitivamente a responsabilidade, pois “[...] de agora por diante conta com o decidido amparo da Loja Maçônica Cotinguiba, sempre interessada nos atos de benemerência social” (LIGA..., 1941, p. 4).

Desde o dia 10 de novembro de 1872, Sergipe contava com o Grande Oriente do Brasil, quando os membros da Loja Segredo e Amizade de Aracaju somaram-se a Augusta, Respeitável e Grande Benemérita Loja Maçônica Cotinguiba para reafirmarem os princípios da emergente liberdade de culto. A fundação daquela Loja ocorreu no momento da chamada Questão Religiosa com uma atuação muito discreta, porém eficiente, que fez a instituição sergipana alçar no cenário maçônico nacional a categoria de Capitular, em 1 de outubro de 1880. Deixou de funcionar em 27 de março de 1885, retomando as atividades em 3 de janeiro de 1890, com nova interrupção em 1905 e novo retorno em 1908, cultuando o rito escocês, um dos ritos da Franco-maçonaria (NASCIMENTO, 2000).

A maçonaria, em Sergipe, procurou desmistificar a ideia presente no imaginário local sobre o seu caráter conspiratório por meio da interação com outras instituições, com ações sociais de cunho filantrópico, filosófico e educacional, a ponto de ser elevada por seus feitos a categoria de benemérita na Ordem Maçônica no Brasil. Os seus objetivos coadunavam-se com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, do amor a Deus, à Pátria, à Família, à Humanidade e ao combate à ignorância.

A atuação da maçonaria no campo do ensino em Sergipe é fato pouco conhecido, pois ainda não há muitas referências ao trabalho pedagógico maçônico, apesar dos esforços já realizados do ponto de vista das pesquisas (NASCIMENTO, 2010). A ação dos maçons aparece, ainda na historiografia brasileira, muito relacionada aos movimentos emancipatórios, principalmente quando se trata do contexto do final do século XIX e início do século XX, devido à sua participação no movimento brasileiro de instauração de uma mentalidade iluminada, em função da propagação do ideário francês da igualdade, liberdade e fraternidade, conhecido na literatura histórica pela conotação político-revolucionário. Para Fernando Azevedo,

[...] a Inconfidência mineira fora uma conspiração de padres e poetas; a revolução pernambucana de 1817, um movimento de eclesiásticos e pedreiros-livres. A agitação da independência teve-os na vanguarda; a revolução de 1824 ainda foi feita

por eles. Mas, se as teorias dos enciclopedistas chegaram a constituir, no Brasil, a ideologia desses movimentos políticos ou contribuíram ao menos para lhes dar a tonalidade da época, não se desenvolveram para romperem a unidade da cultura ou colorirem fortemente o ensino com as suas tendências [...] (AZEVEDO, 1996, p. 547-548)

Por outro prisma, a organização maçônica ocupa lugar no projeto de civilização, empreendido pelos “pedreiros-livres” a partir da escola e dos seus projetos pedagógicos, baseados na ressonância das luzes, da racionalidade, da liberdade e da consciência, da sociabilidade da Ordem, ou seja, da busca pelo aperfeiçoamento moral do homem para a construção de uma sociedade mais secularizada (BARATA, 1999).

Em Sergipe, o predomínio da Igreja Católica criou dificuldades para a Maçonaria, dados os estereótipos criados em relação à heresia e ao demônio. Foi disseminada a imagem dos maçons como ateus, excomungados, bestas-feras, bodes pretos, devoradores de recém-nascidos e lobisomens. A reconciliação da Maçonaria Sergipana com a Igreja Católica em Aracaju foi buscada por meio do movimento ecumênico e só aconteceu quase cem anos após a sua instalação no Estado. Fato importante ocorreu em 1968 quando Dom Luciano José Cabral Duarte, Bispo de Aracaju, participou de uma das suas reuniões, realizando ali uma conferência (NASCIMENTO, 2000).

Na longa duração da Ordem insere-se a LSCA como uma das suas frentes de estruturação social local, com total proteção até os dias atuais. Talvez, de todas as ligas contra o analfabetismo criadas no Brasil nos primeiros anos republicanos, apenas a de Sergipe tenha amparo tão prolongado da Maçonaria, embora o ano de 1950 revele alterações nas suas propostas. Naquele momento, houve a interrupção da expansão escolar e, por motivos de ordem diversa, o processo de criação de escolas de alfabetização cessou, com gradativa redução das salas de aula, embora duas novas escolas tenham surgido em Aracaju com vistas ao ensino de datilografia, corte e costura: Escola de Datilografia Almirante Aminthas Jorge e Escola de Corte e Costura Enésia Souto.

A alfabetização perdeu o privilégio e o número das escolas caiu de vinte e nove em funcionamento no Estado em 1950 para quatorze na década seguinte e, de 1970 em diante, somente nove escolas de alfabetização permaneceram, sendo reduzido o total para apenas uma em 1984. À época, o movimento educacional brasileiro seguia novos rumos e a LSCA acompanhou o processo histórico.

A liderança de Olavo Bilac no movimento nacionalista

Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac liderou o movimento nacionalista por todo país que elevou a escola à condição de alicerce de uma edificação democrática, fazendo os sons dos “[...] cânticos patrióticos das forças armadas, tiros de guerra, escoteiros e da meninada das escolas e Clubs Esportivos vibrarem aos acordes da Canção do Soldado: Nós somos a Pátria a guarda” (OLIVEIRA, 1950). Ele nasceu no Rio de Janeiro, a 16 de dezembro de 1865 e ficou conhecido em todo o Brasil principalmente por sua obra literária, além disso inspirou os intelectuais sergipanos a combaterem o perigo interno que ameaçava o Brasil, ou seja, o depauperamento do caráter, definhamento do patriotismo consciente, acúmulo dos erros das más administrações, a míngua da instrução, indiferença da maior parte da população e as cobiças individuais.

O filho de Braz Martins dos Guimarães e Delfina Belmira dos Guimarães tornou-se inspetor escolar e membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de Gonçalves Dias. Chegou a ser conclamado poeta da religião da Pátria por defender os ideais cívico-nacionalistas na imensa quantidade de versos publicados: Poesias, Poesias Infantis, Crônicas e Novelas, A Defesa Nacional, Em Minas, Crônicas Fluminenses, Notas Diárias, Na Academia, Crítica e Fantasia, Conferências Literárias, Ironia e Piedade. Escreveu em colaboração: Contos Pátrios, Livros de Leitura, Teatro Infantil, A Pátria Brasileira, Tratado de Verificação, Livro de Composição e Através do Brasil. Faleceu em 28 de dezembro de 1919, na cidade do Rio de Janeiro, no auge da luta contra o “perigo interno do Brasil” (HORTA, 1994).

O perigo interno justificou a defesa de Olavo Bilac pela missão civilizadora e moralizadora do Exército, pautada na ideologia do cidadão-soldado e da defesa nacional; tal missão consistia justamente no serviço militar obrigatório e fortalecimento da representação do Exército como prolongamento da escola, assim como na promoção das ligas nacionalistas. Em conferência na Faculdade de Direito de São Paulo, ele demonstrou os seus esforços para mostrar a realidade brasileira e conclamar o serviço militar para o triunfo completo da democracia, ordem, disciplina e dignidade:

O Brasil ainda não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de ‘humanidade’. Temos vivido e gozado no litoral do país, numa estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica e não nos dirigimos ao

coração da terra, à alma da gente simples, aos milhões de homens que vivem pelos sertões abandonados à incúria, à pobreza, ao analfabetismo. [...] reconhecemos [...] que o Brasil ainda não está feito como pátria completa... Como fazê-lo? Dar-lhe novas gerações de homens fortes e conscientes, dando-lhes estas duas necessidades, primordiais, básicas de defesa: o trabalho e a instrução. Sem o pão e o livro, sem a riqueza e o ensino, não pode ter saúde, nem alegria, nem dignidade, nem alma, quem tem fome e não pode pensar (BILAC, *apud* BOTO, 1990, p. 215).

A perspectiva bilaquiiana de erguer a nação e preparar o porvir correspondia a uma concepção orgânica de sociedade, segundo a qual a nação era um corpo análogo à vida humana, pois cada órgão possuía funções intrínsecas e articulava-se aos demais. O desenvolvimento orgânico da nação encontrava paralelos na evolução biológica do ser, sendo aquela compreensão coerente com a perspectiva do Estado independente dos seus elementos constitutivos, uma vez que:

[...] a parte não faz sentido sem o todo, já que pela acepção orgânica do social, tal totalidade corresponde antes a um prolongamento da natureza do que a um artefato do engenho humano. Dessa maneira a profilaxia social passa a ser fator constitutivo da necessária proteção contra inimigos intestinos incrustados no organismo. A doença política pode ocasionar desagregação e degenerescência. Daí os ardis da salvação nacional: serviço militar, moralização do sufrágio eleitoral e difusão da escola (BOTO, 1990, p. 217).

A mais importante das organizações cívicas inspiradas naquelas proposições foi a Liga de Defesa Nacional (LDN), fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, no Rio de Janeiro, em 07 de setembro de 1916, como uma entidade independente de quaisquer vínculos políticos, religiosos ou filosóficos cujo exemplo deveria ser seguido em todo território nacional. O Diretório Sergipano da LDN, criado com o apoio do então Presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, animou os sergipanos no sentido da divulgação da ideologia do cidadão-soldado e do combate a endemias como o impaludismo, a opilação e a sífilis, bem como da luta contra a ignorância e a ausência de instrução do povo (LIGA..., 1917a)

Posição divergente foi assumida pelo Club Civil Brasileiro do Rio de Janeiro ao ressaltar o poder da nação em detrimento da caserna para salvação nacional. A ênfase dada ao exercício dos direitos civis e ao cumprimento efetivo dos deveres políticos indicava contrariedade substancial à proposta de Olavo Bilac, embora não se hostilizasse as classes armadas. Em vez do alistamento nos quartéis, em uma época de paz e concórdia no Brasil, o voto livre integraria a nação na posse de si mesma, exprimindo, nas urnas, a sua vontade consciente, embora não se negasse a importância do serviço militar obrigatório (O SERVIÇO..., 1915).

Sampaio Dória representou São Paulo no movimento de democratização do País pela ilustração e participação soberana do povo na eleição dos governantes, ao defender a

maioridade política do Brasil para reconstrução da nação. Ele concebeu a democracia liberal como expressão do voto secreto e da formação patriótica resultante do ensino nacional obrigatório em escolas únicas (BOTO, 1990). Em sua perspectiva, a expansão da instrução pública e a erradicação do obscurantismo reconstruiriam o país mediante correção das desigualdades sociais e implantação da ordem porque as escolas figuravam como lugar de implantação da verdadeira pátria, da instituição de valores e tradições genuinamente brasileiros.

Aqueles pressupostos consistiram em uma formulação do nacionalismo brasileiro diferente da LDN por priorizar temas de ordem política em detrimento dos interesses de natureza militar e embasaram a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), fundada em 15 de dezembro de 1916, a qual se tornou mais expressiva de todas as congêneres estaduais, inclusive da Liga Nacionalista do Brasil (LNB) (NAGLE, 2001).

Vinculada às escolas superiores, especialmente à Faculdade de Direito, a história da LNSP remonta à Sociedade dos Patriotas, uma organização clandestina inspirada nas ideias da campanha civilista de Rui Barbosa e na atuação patriótica de Olavo Bilac. Abrigou representantes das camadas médias da população, incluindo professores de escolas oficiais, médicos, advogados, engenheiros e jornalistas, a exemplo dos membros constituintes do seu Conselho Deliberativo que eram todos ligados ao jornal “O Estado de São Paulo”: Júlio de Mesquita, Amadeu Amaral, Mário Pinto Serva, Nestor Rangel Pestana, José Bento Monteiro Lobato e Plínio Barreto (MOREIRA, 1982).

Depreendem-se nos princípios comuns sob os quais se fundamentaram as distintas ligas a ordem preconizada por Olavo Bilac como pressuposto crucial para o progresso, materializada na elevação da alma patriótica e coesão da nação mediante o serviço militar e a educação. Aliás, aquela já era a tônica da Liga Brasileira contra o Analfabetismo (LBCA), fundada em 21 de abril de 1915 no Clube Militar do Rio de Janeiro, quando conquistou a simpatia dos intelectuais sergipanos. Por seu intermédio criou-se localmente expectativas de reorganização nacional e de melhores dias, anseios gritantes de um Estado periférico, dada a atuação dos líderes da LBCA junto aos poderes públicos federais, estaduais, municipais e à população em geral, conquistando incentivos legais e financeiros para as cidades e vilas que conseguiam reduzir as taxas de analfabetismo.

Sergipe seguiu o exemplo nacional a ponto de o Estado ser reconhecido em 1919 pelo secretário geral da LBCA, Raimundo Leite, como um dos lugares do Brasil em que não se podiam fazer censuras em coisas de instrução em função da atuação da LSCA. Por outro lado, apoiou o trabalho de outras instituições semelhantes, como da Liga Pernambucana

contra o Analfabetismo (LPCA) cujos propósitos justificaram a visita em 1920 de Ítala Silva de Oliveira para relatar o empenho dos seus conterrâneos no processo de extinção do analfabetismo e homenagear os homens que se fizeram heróis pela grandeza de Pernambuco (UMA..., 1920). A boa relação da LSCA com a LPCA foi mantida por anos, tendo os presidentes Amynthas José Jorge e Joaquim Ignacio, respectivamente, congratulado-se em 1921 pelos trabalhos desenvolvidos e resultados alcançados (O GENERAL..., 1919).

A troca de incentivos entre as diversas ligas nacionalistas foram tão comuns quanto o ideário que as fundamentou, em geral salvacionista com forte apelo às ações educativas para o desenvolvimento do país. Aquele ideário correspondia ao movimento cultural que o desencadeou, sendo marcado pela pluralidade das discussões e lemas, embora se referisse principalmente aos pontos de vista de Olavo Bilac. As diferenças das ligas contra o analfabetismo vão além das ideias e práticas educativas levadas a efeito pela campanha nacionalista, estando fincadas nas peculiaridades dos seus próprios modelos organizativos e operacionais.

A LSCA pelo viés de sua organização e do seu funcionamento

Adolpho Avila Lima foi o primeiro presidente da LSCA, líder da única diretoria composta por indicação para mandato de um ano: Alcebiades Corrêa Paes, vice-presidente; Ítala Silva de Oliveira, primeira secretária; Florentino Menezes, segundo secretário; José da Silva Ribeiro, tesoureiro; Evangelino de Faro, orador (LSCA, 1916). Os sucessores dos primeiros diretores foram eleitos para mandato de dois anos, sendo o quadro complementado pelos fiscais de ensino e diretor do periódico *Pela Pátria*, segundo os ditames regulamentares. Uma diretoria honorária também foi composta ao longo dos anos pela maior autoridade política do Estado e outras pessoas ilustres homenageadas por seus feitos em favor da causa do movimento contra o analfabetismo.

A função de presidente atribuída ao bacharel Adolpho Avila Lima somou-se as várias outras assumidas por ele ao longo de sua trajetória no funcionalismo público e nos movimentos culturais sergipanos. Foi promotor, inspetor geral do ensino do 2º Distrito Escolar, lente vitalício da cadeira de Pedagogia e Metodologia do Curso Normal do Ateneu Sergipense em 1914 e lente de Língua Materna e História Universal no Colégio Tobias Barreto. Em 1924, ensinou Psicologia Fundamental e Infantil na Escola Normal.

Entre os anos de 1917 e 1922, ele atuou como membro do Conselho Municipal de Aracaju e do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Foi sócio honorário do IHGSE e colaborador dos jornais “O Estado de Sergipe” e “O Norte de Sergipe”, onde muitas vezes usou pseudônimos: Passos de Albuquerque Palmeira Monte e Dalemar. Escreveu “Nos domínios da ciência moderna”, “Nos domínios da filosofia pedagógica”, “Relatório Geral”, “Críticas e ensaios de psychologia pedagógica”, “Carta pedagógica” e “Esboço histórico da instrução pública no Brasil” (GUARANÁ, 1925).

Uma vez investido do cargo de presidente da LSCA, o primeiro ato de Adolpho Avila Lima foi nomear Ítala Silva de Oliveira professora da escola noturna de alfabetização que ele criara. Ele renunciou o cargo meses depois, alegando sua posse como secretário do Diretório Sergipano da LDN e membro da comissão de organização dos Estatutos daquela entidade. Em reunião realizada em sua própria residência, na Rua Itabaiana, no dia 6 de maio de 1917, prestou contas da sua administração e escolheu um substituto, solicitando aos demais diretores que levassem adiante o combate ao analfabetismo. Ausente àquela reunião, Amyntas José Jorge ainda assim foi eleito presidente. (LIGA..., 1917).

Polêmicas foram geradas devido à atitude de Adolpho Avila Lima empossar um novo presidente ao mesmo tempo em que se destituía, fato criticado por outros membros da diretoria que viam divergências daquele ato com o previsto nos Estatutos (OLIVEIRA, 1917a). Mas os estatutos não davam conta da possibilidade de renúncia do presidente e várias interpretações foram elaboradas; apenas ficavam claras as funções da diretoria principalmente em relação à criação de escolas de alfabetização, mas não apenas isso. Aos diretores cabiam as ações administrativas pertinentes, inclusive arrecadar rendas sociais e aplicá-las, cuidar das questões burocráticas, elaborando relatórios anuais dos trabalhos realizados, prestando contas anualmente, convocando sessões ordinárias e extraordinárias. Sobretudo, competia-lhes representar a LSCA em todos os momentos e espaços de discussão sobre o analfabetismo, de forma comprometida com o ideal de expansão escolar.

À parte as controvérsias em torno do nome de Amyntas José Jorge face às decisões de Adolpho Avila Lima, ele se tornou o principal representante da campanha contra o

analfabetismo no Estado a partir de 1917, quando a assembleia geral da LSCA o elegeu presidente. Há pouco retornara a Sergipe para fixar residência, após uma trajetória de estudos e serviço militar significativa, com funções exercidas nas Forças Armadas que lhe valeram prestígio e entusiasmo suficientes para conquistar postos importantes na vida cultural sergipana, fundando e dirigindo instituições das mais relevantes. Para alguns conterrâneos, foi o legítimo patriota, pois a marinha era uma grande escola de civismo e senso prático. (FONTES, 1921).

Entre os anos de 1917 e 1939, Amynthas José Jorge participou da reforma do Hospital Santa Izabel, da construção do “Campo Adolfo Rolemberg” e da fundação do Club Sportivo Feminino que reuniu o escol das senhoras e senhoritas da sociedade aracajuana e, sem congêneres no Norte do Brasil, serviu para difundir entre as mulheres a cultura dos esportes em geral. Através do Club Sportivo Feminino, a cidade de Aracaju viu pela primeira vez, apresentados em público, os páreos de regatas com escaleres tripulados por moças, partidas de basquete, vôlei e tênis, com competidoras e conjuntos formados por mulheres da elite (PEREIRA, 1945- 1948).

Amynthas José Jorge recebeu o mérito pela iniciativa de criação da Escola de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e participou da organização do primeiro Núcleo Filatélico de Sergipe. Tornou-se presidente do IHGSE, da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo Rio Branco, do Rotary Club de Aracaju, da Liga Esportiva e do Esporte Clube Cotinguiba. Atuou na política local como Intendente Municipal de Aracaju por duas vezes, de 24 de outubro a 27 de dezembro de 1926 e de 17 a 20 de outubro de 1930. Foi membro do Partido Social Progressista e chefiou a campanha da Aliança Liberal em Sergipe em 1929.



Imagem 3: Amynthas J. Jorge [sem data]

Autor: Não identificado

Filho do casal Marcelino José Jorge e Cândida Leopoldina de Sampaio Jorge, ele nasceu no dia 11 de julho de 1860 em Aracaju, mas aos dez anos tornou-se interno do Ginásio Baiano, onde permaneceu durante dois anos. De volta a Aracaju, continuou a sua educação com professores particulares até ingressar no Ateneu Sergipense; depois foi matriculado no Colégio Naval, em 5 de março de 1877, a fim de ser instruído para o curso superior da Academia da Marinha. No percurso de sua carreira exerceu funções importantes na Guarda-Marinha, de 1º Tenente, 2º Tenente, Capitão-tenente,

Capitão de Fragata e Capitão de Mar e Guerra. Reformou-se em 8 de maio de 1912 no posto de Contra-Almirante, sendo em 27 de agosto de 1913 nomeado Diretor do Depósito Naval. À época da Revolta Fausto Cardoso, era Capitão dos Portos do Estado de Sergipe, cargo que exerceu por duas vezes, tendo protegido em sua própria casa as autoridades do Governo deposto. Com Jesuina Sampaio Góes, a terceira esposa, teve três filhos: Cândida Jorge dos Santos Pereira, Marina Jorge Cravo e Marcílio Aminthas Jorge (GUARANÁ, 1925, p. 12).

Ao assumir o posto de presidente da LSCA, Amynthas José Jorge adotou medidas simples e urgentes para regularização da situação financeira, tendo liquidado as dívidas dos associados e nomeado imediatamente comissão responsável por obter novas subvenções junto aos governos estadual e municipal (LIGA SERGIPANA, 1917). Nos dois anos seguintes ao seu mandato, propôs a reformulação dos Estatutos na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de outubro de 1919.

Ele buscou novas contribuições junto à comunidade local e nacional, valendo-se das suas boas relações pessoais e capacidade de promoção dos seus interesses para assegurar os recursos necessários à criação e ao funcionamento de uma rede de escolas de alfabetização que marcou a sua longa administração. Somente em 1939 afastou-se definitivamente do movimento contra o analfabetismo, após a morte da sua última esposa, quando a saúde comprometida o obrigou a partir para Salvador onde estavam os filhos. Lá faleceu, em 26 de janeiro de 1945, deixando para trás um legado importante para a história da educação sergipana.

À frente da LSCA, afastou-se em 1918 em virtude de uma viagem ao Rio de Janeiro, deixando em seu lugar José de Alencar Cardoso até que a posse se realizasse e o vice-presidente assumisse o posto. Em 1922, Epiphânio da Fonseca Dória assumiu a diretoria interinamente, em virtude de mais um afastamento do então presidente por motivo de viagem. Nem mesmo naqueles dois momentos de afastamento registraram-se problemas de ordem administrativa porque era grande o empenho daquele entusiasta pela educação, apesar das críticas lançadas por quem o via como oportunista de pouca inteligência e muito maucaratismo (OLIVEIRA, 1929). Sobre as críticas, ele mesmo comentou:

[...] apesar das surpresas e porque não dizel-o, das irreverentes e desleaes insinuações que ainda, daqui ou dalli, surgem malevolamente, procurando obscurecer a clara e firme direção de nossos passos, ainda não senti, senhores, o mais leve desmaio, a mais passageira duvida, sobre o acerto dellas! Podem os espiritos mais retrogados, classificar, como já o fizeram, de – meio de vida – o que vamos trabalhando em prol de um bem que nos mima os corações bemfazejos, com o prejuizo até de nossas energias phisicas ou moraes e sem a procura de outras remunerações, além das que nos beneficiam as consciências, pelo bem que imos praticando, como brasileiros e irmãos [...] (JOSÉ JORGE, 1919, p. 4)

À parte as críticas, o lugar ocupado no movimento educacional brasileiro pela LSCA é devido, em muitos aspectos aos esforços de Amynthas José Jorge, como reconheceram os seus sucessores. Em 1939, Lívio Pereira da Silva assumiu o lugar do antigo presidente para um mandato de dois anos e estabeleceu novas relações institucionais por conta do seu envolvimento no Grupo Espírita Irmão Fego ou Grupo Espírita Humanidade, fundado em Aracaju em 1922 com o objetivo de propagar o espiritismo por meio de escolas gratuitas (GRUPO..., 1937).

Lívio Pereira se tornou conhecido por seu envolvimento no Grupo Espírita Irmão Fego, fundado em Aracaju em 1922 com o objetivo de propagar o espiritismo por meio de escolas gratuitas. Ele encontrou a associação em dificuldades financeiras e procurou resolver o problema, desenvolvendo uma campanha em favor da ampliação do número de associados, visando atingir o total de cinco mil (SILVA, 1936). Exerceu tal função até 1941 quando Arivaldo Prata foi eleito para concentrar esforços na organização das escolas, procurando encontrar meios de construir prédios próprios.

Na sessão de posse de Arivaldo Prata, ainda foram feitas referências a Amynthas José Jorge como símbolo do combate ao analfabetismo, na presença das autoridades locais, dentre as quais estava o Interventor Federal em exercício, Francisco Leite Neto, que falou em nome do Interventor Milton de Azevedo. O então Prefeito da capital, Carlos Firpo e o Secretário Particular da Interventoria, João Mainard Barreto, também prestigiaram o evento (LIGA..., 1941). Arivaldo Prata assumiu aquele compromisso até o ano de 1950, sendo o seu mandato intercalado pela administração de Damião Mendonça de Santana que também assumiu aquele posto em 1945.

Por mais de três décadas de trabalho, apenas cinco presidentes foram eleitos e quarenta e duas pessoas exerceram as principais funções na diretoria da LSCA, apesar de algumas se destacarem pela quantidade de vezes que foram reeleitas ou pelo número de cargos que exerceram. As mulheres tiveram pouca representação no quadro de diretores e sempre atuaram como secretárias, um total de quatro: Ítala Silva de Oliveira, Balthazarina Goes, Cesartina Régis e Elvira Guerra Fontes. Porém, o lugar mais alto que ocuparam na hierarquia foi a vice-presidência, por Elvira Guerra Fontes.

A predominância masculina não ocultou o poder feminino no movimento de combate ao analfabetismo, expresso na participação incisiva das mulheres nas atividades administrativas, beneficentes e intelectuais, nas disputas pelos lugares na diretoria, nas escolas e nas assembleias que determinavam os destinos da LSCA. Em várias ocasiões estiveram à frente dos festivais, das inaugurações e comemorações cívicas, inclusive como oradoras e

escritoras. Quanto à participação feminina, não havia restrições, se atendidos os principais requisitos requeridos para a inclusão no quadro de associados.

Ser sócio pressupunha expressar-se declaradamente em defesa da educação cívico-patriótica, além de assumir o compromisso com a alfabetização de no mínimo uma pessoa e possuir condições financeiras favoráveis ao cumprimento das obrigações mensais, sem atrasos superiores ao limite de seis meses. Os pré-requisitos eram idênticos para todos os candidatos a sócios, embora as distinções fossem nítidas no quadro geral dos associados, havendo categorias organizadas de acordo com o tipo e nível de apoio prestado, seja do ponto de vista do serviço proporcionado, do valor das contribuições ou da regularidade das mensalidades, por exemplo.

No primeiro ano de funcionamento da LSCA, havia mais de quatrocentos sócios cadastrados, dentre os membros do magistério e gente dedicada às letras, assim como de comerciantes, industriais, políticos e instituições. Aqueles que aderiram à causa até 31 de dezembro de 1916 tornaram-se fundadores, classificados ainda nas quatro categorias criadas: contribuintes, honorários, beneméritos e correspondentes. Havia ainda os sócios homenageados, os quais compunham uma lista restrita no Livro de Honra, por suas contribuições excepcionais realizadas, nos moldes das ações filantrópicas de Thales Ferraz que se tornou benemérito em 1922, graças ao patrocínio dado à reconstrução do prédio da Escola José Augusto Ferraz (LIGA..., 1922).

Além de Thales Ferraz, foram sócios beneméritos da LSCA: Oliveira Valadão, Pereira Lobo, Baptista Bittencourt, Alvaro Silva, Monteiro de Almeida, Alexandre Freire, José da Silva Ribeiro, Jessé Fontes, Jardelino Porto, Marcelino José Jorge, Alberto Chaves, Antônio José da Silva Cardoso, Francisco Mello, Romualdo Figueiredo, Loja Maçônica Cotinguiba, Correio de Aracaju, Diário da Manhã, Século XX, Imparcial e Jornal do Povo. (LIGA..., 1921).

A quantidade de sócios diminuiu ao longo do tempo, chegando a trezentos e trinta e nove, em 1921, por conta da censura a falta de pagamento das mensalidades. Apesar da intensa campanha para conquista de mais simpatizantes, a exclusão dos devedores desfalcava o quadro de contribuintes e comprometia as finanças da LSCA, muito dependente de tal fonte de recursos. A irregularidade das contribuições e instabilidade financeira sempre estiveram no primeiro plano das preocupações dos diretores que criticavam os sócios mais abastados e cultos em débito com a instituição pelo comportamento pouco exemplar e bastante prejudicial a causa.

Já em 1917, os recursos se mostraram insuficientes porque os gastos com material escolar, professores, aluguéis e reformas de casas foram desproporcionais à arrecadação advinda dos vários modos: doações, subvenções, empréstimos. O apelo à sensibilidade da população surtiu o efeito esperado e o retorno foi substancial, sob a forma de subsídios dos mais variados, desde a conversão de cupons de bondes, subvenções públicas, coletas, ofertas individuais até eventos artísticos.

As despesas com os professores das escolas de alfabetização variavam porque as gratificações pagas pelos poderes públicos precisavam ser complementadas pelos recursos próprios da LSCA. Ítala Silva de Oliveira recebia 40\$000 (quarenta mil réis) mensais como professora da primeira escola criada, mas o valor da remuneração docente variou muito ao longo do tempo, de acordo também com o lugar em que a escola estava instalada. Em 1945, a gratificação de um professor que ensinava na capital passou de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Às gratificações pagas aos professores acrescentavam-se ainda os custos com prédios, bancos e carteiras, doações de prêmios e material escolar, roupas e calçados para os alunos, suprimentos que dependiam das doações. As sessões do IHGSE foram ocasiões propícias às coletas e algumas contribuições tornaram-se permanentes, a exemplo da oferecida pela LMC. Empresas como o Eden-Cinema contribuíam com a organização de caixas públicas para a coleta de gorjetas, em forma de vales, cupons e moedas.

Instituições como a Cruz Vermelha de Aracaju, a Academia Sergipana de Letras, o Rotary Club de Aracaju e o Centro Cívico Amynthas Jorge apoiavam a campanha contra o analfabetismo. A primeira deixou um legado quando encerrou as suas atividades em 1921, por iniciativa do seu ex-presidente, Francisco Monteiro de Almeida (LIGA, 1921). Em 1932, foi a vez da Sociedade Esperanto dispôs 200\$000 (duzentos mil réis) em apólices da dívida do Estado em favor da LSCA.

Entre os anos de 1916 e 1950, os saldos resultantes dos festivais beneficentes também ajudaram a pagar os custos com pessoal, compra e conserto de material permanente, aquisição de material escolar, realização de eventos, produção de impressos e expediente. O público pagante era assíduo e chegava a ultrapassar o total de quatrocentas pessoas, com valores variados: 3\$000 (três mil réis), cadeira; 5\$000 (cinco mil réis), entrada geral; 15\$000 (quinze mil réis), camarote (FESTIVAL..., 1920).

Estado e municípios subvencionaram a campanha sergipana de combate ao analfabetismo, ficando a LSCA no segundo lugar na ordem dos valores recebidos por instituições em Sergipe.

A partir de 1917, a legislação também autorizava a subvenção estatal a algumas sociedades de caráter científico e literário como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cinco anos depois, seis sociedades já eram contempladas com o mesmo benefício. Estavam fixadas como despesas as subvenções ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Liga Sergipense Contra o Analfabetismo [...] (FREITAS, 2000, p. 85).

Declarada a utilidade pública, tornou-se oficial a contribuição dos poderes municipais, estaduais e federais, dando-se início as negociações políticas para obtenção de aumentos nas contribuições. A partir de 1949 foi significativo o empenho do Deputado Franciso Leite Neto que passou a requerer um aumento nas verbas para a campanha contra o analfabetismo. O então presidente da LSCA, Arivaldo Prata, manteve contato com Abelardo de Almeida Nogueira, Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, reforçando os pedidos com base na relação desproporcional entre recursos disponíveis e custos com a manutenção de escolas.

Uma emenda chegou a ser proposta na Câmara Federal por Carvalho Neto para o orçamento de 1951 e um auxílio no valor de Cr\$ 30.000, 00 (trinta mil cruzeiros) foi aprovado no Legislativo com a ajuda do Deputado Godofredo Diniz. Aquelas contribuições estavam sendo planejadas para a construção de um ambulatório médico organizado pela LSCA, bem como para pagamento da primeira bolsa de estudos secundários para menores desamparados.

Devido às restrições orçamentárias, somente em 1983, a diretoria conseguiu organizar a sede da LSCA e dispensar os espaços cedidos pela LMC, aumentando o patrimônio constituído de três casas, uma em Japarutuba e duas em Aracaju, mais um terreno à Rua de Laranjeiras e todo o material permanente constante nas escolas. À época permaneciam as dúvidas sobre o futuro das finanças, inclusive porque as fontes financeiras eram bastante mutáveis (LSCA, 1949).

Os resultados dos investimentos eram publicados na imprensa local para conhecimento dos contribuintes. O jornal “Pela Pátria” foi criado com a função de ser o órgão de imprensa da LSCA e uma via de divulgação ações que comprovavam o bom emprego dos recursos. Aquele mensário gratuito, posto em circulação para elevar os brios dos benfeitores e incitar à participação no combate ao analfabetismo teve o primeiro número circulado na capital em 15 de novembro de 1919, no qual a fotografia do chefe do Estado, Pereira Lobo, estampava a primeira página. Ele era presidente honorário da associação, mas aquela homenagem dividia o espaço com dados sobre os índices do analfabetismo no Brasil. Naquele número, foram publicados trabalhos sobre o assunto de Amyntas José Jorge, Sebastião Albuquerque, Edgar Coelho, Luiz Rolemberg e Enock Santiago. Nas demais páginas

apareceram as imagens de Antonio Baptista Bittencourt, 1º vice-presidente honorário, de Álvaro Fontes da Silva, 2º vice-presidente honorário e da diretoria efetiva.

A criação do jornal e a escolha do nome foram decisões tomadas em assembleia geral, sendo o período transformado no canal principal de divulgação das informações relativas à LSCA, sejam atividades recreativas, celebrações de datas comemorativas, festivais beneficentes, conferências ou inaugurações de escolas. Tornou-se conhecido como porta-voz de Amynthas José Jorge, não obstante ter ficado um tempo sem circular, voltando a ser editado novamente em 1930, com o retrato de Alcebiades Corrêa Paes na primeira página, (PELA..., 1930). Ele foi o primeiro diretor do jornal, sucedido por João Já de Almeida, Nicanor Ribeiro Nunes, Armando Barreto e Álvaro Fontes da Silva.

A imprensa não foi a única via de comunicação da LSCA, pois os temas sociais mais amplos eram discutidos diretamente nas conferências, tais como aqueles que diziam respeito à higiene. Sobre essa questão tratou Helvécio de Andrade na série de conferências que proferiu no âmbito da campanha contra o analfabetismo no ano de 1919 (A PRIMEIRA..., 1919).

Porém, certo silêncio pairou diante do tão aguardado ano do primeiro Centenário da Independência do Brasil que chegou sem perspectiva de extinção da grande vergonha nacional. O desfile de automóveis, a batalha de confete e lança-perfume na Praça Fausto Cardoso, ao final da tarde, em nada correspondiam aos objetivos formulados seis anos antes. Então, não houve menção ao desafio que justificou a criação das ligas combatentes do analfabetismo e o Brasil ainda não estava livre da chamada “escravidão branca” como se desejou outrora, apesar da guerra ter sido intensificada. As atividades do dia 7 de setembro de 1922 não se distinguiram das desenvolvidas em anos anteriores; mais que os eventos daquela data, chamaram atenção na história da LSCA às disputas internas dos intelectuais.

A LSCA e os seus diretores: registro dos conflitos

A LSCA moveu diferentes forças da sociedade civil e do Estado no sentido do progresso e civilização do Brasil pela educação; construiu uma rede de ligações recíprocas ou interdependências, mantendo conectadas diferentes frentes de lutas locais pela

institucionalização da escola e elevação do analfabetismo à categoria de principal problema da sociedade.

A análise das interdependências que aqui fazemos mostra que elas não são sempre harmoniosas e pacíficas. Tanto se pode depender de amigos como de inimigos, de adversários como de aliados. Os equilíbrios de tensão multipolares, tais como nos foram sendo revelados na nossa análise da sociedade de corte, são próprios de muitas interdependências: encontramos-las em todas as sociedades diferenciadas (ELIAS, 1986, p. 116).

Contraponto da unidade verificada dos vários segmentos sociais, os conflitos materializaram-se nos discursos produzidos pelos sócios sobre questões intrínsecas à organização e ao funcionamento da LSCA em relação às circunstâncias culturais e sociais mais amplas, inclusive às disputas pessoais travadas por distintos intelectuais externamente ao circuito da campanha contra o analfabetismo.

Destacaram-se as controvérsias de Adolpho Ávila Lima e Ítala Silva de Oliveira entre si e contra outros intelectuais ao tratarem de temas variados nos espaços das conferências e da imprensa porque ocorreram nos primeiros momentos da campanha contra o analfabetismo, quando todos pareciam decididos a se unir em prol da conquista do grande ideal. Contra Helvécio de Andrade, ela tratou da utilidade da LSCA porque não lhe bastava o argumento de que São Paulo resolveu os problemas do ensino primário sem possuir uma liga contra o analfabetismo; apenas os interesses pessoais e partidários, assim como a exclusão do seu nome no quadro dos diretores da campanha, explicavam-lhe a posição contrária ao movimento do Diretor da Instrução Pública de Sergipe (OLIVEIRA, 1916f).

Professor e aluna outrora, Adolpho Avila Lima e Ítala Silva de Oliveira envolveram-se na maior disputa verificada no campo das representações e práticas da LSCA, oito meses após a fundação, a partir da crítica formulada por ela a atuação dele como presidente, pois seis meses se passaram sem que visitasse as escolas de alfabetização, tendo ainda se afastado em desacordo com as disposições estatutárias. Por que simplesmente Alcebiades Corrêa Paes não podia assumir a presidência quando Adolpho Ávila Lima renunciou, se era o vice-presidente? Perguntava-se Ítala Silva de Oliveira, ao tempo em que respondia: porque as relações pessoais dos homens que ocuparam os principais postos diretivos eram ruins, embora não deveriam interferir nos rumos institucionais a ponto de se confundirem com os ideais coletivos, a honradez e o trabalho que justificavam as conquistas acima de tudo (OLIVEIRA, 1917b).

No jogo de poder estabelecido, os limites dos interesses institucionais e pessoais foram ultrapassados, gerando um novo equilíbrio de tensões com ataques, reações e concessões, inclusive com a subversão de fronteiras sociais inerente à modernização das relações de gênero e da pedagogia de ocupação dos espaços públicos, pois em nome da

associação, os intelectuais ajudaram a definir via imprensa e outros espaços de discussão os papéis sociais masculino e feminino (FREITAS, 2003).

Ítala Silva de Oliveira supunha ter conquistado, por sua honra e seu trabalho, o lugar ocupado no seio dos intelectuais, em uma época de grandes privilégios nos espaços públicos para os homens. Aquela jovem tornou-se primeira secretária e única mulher a compor a primeira diretoria da LSCA, por sua forte expressão no combate ao analfabetismo e na luta pela educação feminina; pelos mesmos motivos, teria também sido nomeada professora por seu ex-professor Adolpho Avila Lima, pelo menos assim imaginava, até que houve a demissão e readmissão imediata. Ela precisou provar todo o tempo a sua moralidade e competência intelectual, moral e profissional para manter-se naquele grupo, inclusive, ganhando em troca gratificações ínfimas pelo trabalho realizado na escola noturna, tendo recebido em sete meses completos apenas 80\$000 (oitenta mil reis) de gratificação (OLIVEIRA, 1917b).

Por sua vez, Adolpho Avila Lima conjecturava ter formado intelectual, moral e profissionalmente a sua ex-aluna, abrindo-lhe caminhos compatíveis no campo cultural sergipano com as funções femininas; e se sentiu profundamente decepcionado pelas críticas que lhes foram dirigidas, porque totalmente inconciliáveis com os principais atributos femininos a serem conservados ao seu olhar: delicadeza e cortesia. A vaidade dela teria feito superestimar o seu talento e desrespeitar o dos outros, com acusações infundadas e críticas desnecessárias ao trabalho alheio, algo que ele não admitia em uma mulher. A postura crítica e acusadora a ele dirigida pela senhorita Ítala Silva de Oliveira parecia insensata e inaceitável porque difamatória, seja em relação ao seu desempenho na LSCA, as suas conquistas profissionais ou as atividades intelectuais dos homens em geral (LIMA, 1917a).

Nada parecia mais impróprio que uma mulher publicar a ausência do seu ex-professor na LSCA, durante seis meses, dos oito meses que esteve à frente da campanha contra o analfabetismo, expondo inutilmente as fragilidades que mais deveria ocultar para se tornar exemplar do ponto de vista da consciência cívica. Tampouco, nada parecia mais inadequado que a crítica formulada por ela ao “Curso de Pedagogia”, escrito por Helvécio de Andrade, pois revelava o cunho difamatório das contestações aparentemente científicas e filosóficas anteriormente formuladas por Adolpho Avila Lima. Finalmente, nada poderia ser mais censurável que a sua desconfiança acerca da lisura dos concursos para cátedra nas escolas públicas sergipanas, por chamar atenção para as concessões estabelecidas no campo intelectual sergipano (LIMA, 1917b).

Afinal, as “italices, silvices e oliveirices” incomodaram o professor Adolpho Avila Lima suficientemente para retorqui-las, com informações depreciativas capazes de abalar a

reputação da professora, senão forçá-la a silenciar. Ele explicou sua ausência nas atividades da LSCA por problemas de saúde que o fizeram ficar por um tempo em Estância; justificou as contendas com Helvecio de Andrade pela necessidade científica e defendeu a lisura do concurso para lente vitalício da cadeira de Pedagogia e Metodologia, do Curso Normal do Ateneu Sergipense, mencionando o seu desgaste físico como a maior prova dos esforços empregados para conseguir o segundo lugar na classificação, pois jamais dependeu da generosidade de outras pessoas para ocupar determinados postos, muito menos presentear as esposas dos chefes de Estado com joias para obter favores em troca. (LIMA, 1917c).

De generosidade e falso moralismo vivia Ítala Silva de Oliveira, à luz do depoimento de seu ex-professor, pois somente por indicação e com ajuda conseguiu ocupar funções públicas e escrever seus textos; somente por interesse particular praticava falsa filantropia, chegando até a desfalcar os cofres da LSCA, na ausência do presidente para seguir os ditames da moda.

[...] demais bem é sabido que, durante a minha permanencia em Estancia, houve quem retirasse dos cofres da Liga, sem que, aliás, os Estatutos o permitissem, os últimos 50\$000, que alli ainda existiam, a pretexto de comprar livros e objetos outros, para o pagamento de um mez em atrazo da 1ª secretaria da Liga, afim de que pudesse esta, trajada no rigor da moda, assistir as festas de inauguração do monumento Presidente Barbosa, sem que até ao presente a 1ª secretaria da Liga protestasse contra semelhante immoralidade (LIMA, 1917c, p. 2).

A alusão a certo “vestidinho de caça crystal forrado de seda” rendeu controvérsias, porque injusta por demais aos olhos de Ítala Silva de Oliveira, que jamais parou de ensinar, mesmo sendo demitida e sempre combateu as futilidades da moda. Aquilo era demais para ela, a tal ponto chegou ao extremo de chamar o seu ex-professor de modista, ofendendo-o ainda mais ao mencionar certa imoralidade praticada por ele ao retirar uma quantia dos cofres da LSCA sem discussão interna, sem nenhuma autorização da secretária ou do tesoureiro a quem cabia autorizar o gasto de dinheiro.

S. s chama de falta de patriotismo ter eu usado um vestido de caça crystal. Menos verdade; impossível é usar um vestido de caça, e além disto crystal; crystal pertence ao reino mineral e caça crystal é uma cousa incomprehensivel. Demais sr. professor, seu reporter não é modelo Rocha Pombo; elle lhe illudiu a boa fé: o forro do vestido não era de sêda. Quanto ao meu sorriso que de la da Estancia s.s percebeu, elle não é igual ao que o domina quando enverga o frack de elegancia e põe no seu magro dedo aquelle anel que lhe produz phantasticas visões. No rigor da moda nunca eu andei, pois a moda para mim é a ultima das occupaões, e como estas são muitas quasi sempre ella não me ocupa o cerebro. Sempre trajei modesta e decentemente, reditos da Liga, não obstante dizer s.s que eu arrecadei os 205\$300 para assegurar as mensalidades de 40\$000. No entanto ironia, s.s ao chegar procurou logo gastar aquelle dinheiro e eu tendo nas mãos não o quiz e ainda hoje não recebi 5 mezes de atrasados que tenho lá. Immoral falta de patriotismo, s.s bem sabe quem pratica, sem que eu diga mais. Aqui dou parabens a v.s., sr. Avila Lima, por haver passado de professor de pedagogia a modista. Se eu soubesse que esta profissão era tão rendosa, ia seguil-a também. Agora convido o dr. Costa Filho a vir prestar-me o obsequio de

dizer, quando, em que dia e na presença de quem pedi-lhe me pagasse os meus ordenados de professora de Liga, para que pudesse eu andar no rigor da moda, como diz o meu contendor. Perdoae o publico a massada e aguarde uma outra caso seja isso necessario” (OLIVEIRA, 1917c, p. 2).

Sarcasticamente, Ítala Silva de Oliveira foi chamada de “priminha do chimpanzé” por não acreditar na teoria bíblica da origem do homem, tendo os seus textos questionados do ponto de vista da autoria, pela possibilidade de “espíritos invisíveis e “almas perdidas” lhe ajudarem na composição, algo que o próprio professor Adolpho Avila Lima fizera em outros momentos. “Ad Perpetuam Rei Memoriam”, o motivo inicial das disputas foi retomado e, de certo modo, chegou-se ao consenso:

[...] a luz dos principios juridicos, da logica, ou da razão esclarecida, não se concebe absolutamente que quem renuncia um cargo qualquer possa passar o exercício deste mesmo cargo ao seu substituto. Isto seria tão absurdo quanto querer alguém passar ou transmitir a outrem aquillo que não mais possui. Ora, se, depois da minha renuncia, não podia eu passar ao vice-presidente, meu substituto legal, o exercício do cargo, que até então ocupava, segue-se, ou induz-se, que só um meio legitimo existia para o caso e esse era a eleição a que se procedeu. Logo, ao novo presidente é que cumpria assumir o exercício do cargo renunciado de presidente da Liga, para o qual não deixou de ser regularmente eleito (LIMA, 1917d, p. 2).

Conforme o Art. 26 determina, a função do vice-presidente era substituir o presidente em seus impedimentos ou faltas e não o substituir em caso de renúncia, pois a esse respeito os Estatutos sequer se referiam. Se “[...] saber as leis não é possuir as palavras dellas, mas sim comprehender a sua força e autoridade [...]” (LIMA, 1917d), afinal, prevaleceu o ponto de vista de Ítala Silva de Oliveira porque Alcebíades Corrêa Paes exerceu a presidência interinamente, na qualidade de vice, durante quatro meses, até a realização da assembleia geral que elegeu Amynthas José Jorge.

Adolpho Avila Lima deixou a LSCA e a primeira secretária reelegeu-se para o cargo que ocupava por seis vezes, deixando-o apenas em 1921. Todavia, jamais chegou à presidência, um posto reservado em toda história exclusivamente aos homens, embora a sua contribuição tenha sido singular porque as polêmicas dos intelectuais não diziam respeito apenas à questão de gênero, mas à construção do campo cultural sergipano em geral; um “campo cultural” no qual o processo de distinção social, as diferenças de situação e posição dos sujeitos eram definidas pelas relações simbólicas nas quais se encontravam envolvidos. A posição na estrutura organizacional foi definida, inclusive, pelo volume e tipo de “capital cultural” adquirido. Políticos, militares, juristas e empresários tinham lugar privilegiado porque dispunham de maior chance de ocupar posições elevadas na hierarquia, com autoridade para imposição de ideias coerentes com os próprios interesses.

As opções no modo de se vestir, no jeito de falar, na seleção dos bens culturais foram fortes indícios dos elementos intrínsecos e distintivos da LSCA, servindo tanto para mostrar a posição que os indivíduos ocupavam na sociedade quanto para revelar as relações de dominação existentes. Por outro lado, certo capital cultural foi adquirido a partir da campanha e da pedagogia cívico-patriótica, tornando-se princípio diferenciador da instituição e de todos os sujeitos envolvidos, principalmente para grupos específicos, o grupo das mulheres e dos pobres beneficiados com a campanha, por exemplo (BOURDIEU, 1998).

Saberes foram autorizados sobre educação e alfabetização no Estado, porque muito se elaborou acerca do assunto, aumentando a importância do movimento nacional civilizatório no contexto das instituições educacionais sergipanas e da LSCA que, pautada nos discursos nacionalistas de gerações de intelectuais, assumiu os contornos de uma instituição filantrópica e patriótica, conforme os seus membros assim a perceberam, ganhando singularidade como produtora e transmissora de certa identidade.

Capítulo II

Cultura e sociedade em Sergipe: os intelectuais e suas representações sobre o analfabetismo e a educação ideal para Brasil

O analfabetismo foi tema de intenso debate na Primeira República, a partir de um movimento voltado para a consolidação da nova ordem social, fundada no progresso e na civilização do Brasil. Ao atraso educacional, contrapunha-se o crescimento verificado nos demais âmbitos sociais, a notar por Sergipe, cuja economia agro-pastoril sofria os efeitos das mudanças recentes na economia brasileira, tais como o fim do escravismo, sendo as principais atividades produtivas tradicionais afetadas pelas transformações, como a produção do açúcar, o cultivo do algodão e dos gêneros de subsistência ou a criação de gado (ALMEIDA, 1991).

Em Aracaju, a indústria têxtil também dava sinais de crescimento, desde o final do século XIX, com a criação da fábrica Sergipe Industrial (1883) ou Cruz & Cia, mas, nos primeiros anos do século XX, surgiram outros núcleos fabris como a Ribeiro Chaves & Cia ou Confiança, intensificando o movimento de modernização verificado nos primeiros anos do século, que prosseguiu lentamente até a década seguinte. A capital do Estado adquiria traços propriamente urbanos, com a construção de importantes prédios públicos e com o surgimento de ruas comerciais, praças para comício e retretas, oficinas de produtos artesanais, lojas, igrejas, fábricas e mercado. No interior, o comércio ativo de Estância, Maruim, Laranjeiras, Propriá e Lagarto favorecia o crescimento, aumentando a complexidade social e gerando maiores exigências administrativas, promovendo o crescimento dos serviços públicos, a diversificação de atividades e reivindicação por escolas (ALMEIDA, 1991).

O debate sobre o analfabetismo acompanhava o desenvolvimento urbano e iniciativas, em favor do seu combate, vinham sendo efetivadas desde 1884, como mostra a atuação dos presbiterianos que investiram no ensino elementar, com a instalação de escolas paroquiais para capacitação do “converso” na técnica da leitura, necessária ao estudo da Bíblia e do livro de hinos (VILAS-BÔAS, 2000).

Não obstante aquele tipo de contribuição, os índices de analfabetismo permaneciam elevados, talvez, por conta das contradições que permeavam os empreendimentos voltados para democratização da escola. A Igreja Católica também estava atenta ao problema da educação e revelou clara intenção de envolvimento com o movimento nacionalista para afastar a população de ameaças como o protestantismo ou a maçonaria. Já nos primeiros anos

do século XX, as ações católicas se voltaram para o ensino, revelando-se importantes para o desenvolvimento cultural de Sergipe, com a implantação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundado no início do século XX, que atendeu uma elite feminina e contribuiu com a civilização do Estado (COSTA, 2003).

Outros investimentos realizados visaram à expansão escolar, na primeira década do século XX, inclusive por parte do Centro Operário Sergipano que foi em socorro da crítica situação do ensino, ao criar a Escola Horácio Hora, em 8 de outubro de 1911, com o propósito de civilização da população, mediante a alfabetização dos operários. As orientações políticas do Centro, caracterizadas pelo “socialismo reformista”, convergiram com os ideais positivistas de outras instituições culturais que tratavam da questão da nacionalidade (RIBEIRO, 2003).

Mas no período de 1914 a 1918, na administração do presidente Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, o ensino primário ainda não acompanhava o ritmo do crescimento demográfico e as deficiências da rede de ensino eram grandes (NUNES (1984). Situação permanente no período de 1918 e 1922, do governo de José Joaquim Pereira Lobo, quando o recenseamento de 1920 acusou Sergipe do menor índice de alfabetização do País, com um percentual de 60,1% para 75%, no Brasil, exigindo a cooperação de instituições particulares para a difusão do ensino.



Envolto na questão da “sergipanidade” e da “identidade” do Estado, o IHGSE inspirado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGEB), como agência de civismo integrada ao processo desenvolvimentista dominante na sociedade, também adentrou aquele debate com toda a experiência institucional de base iluminista, que orientava não somente a organização acadêmica, mas a manipulação do conhecimento em seu interior (FREITAS, 2000).

A LMC acolheu a discussão em sua pauta, colocando o analfabetismo ao lado da Pátria, da família e da liberdade, relacionando o tema ainda à defesa da tolerância, fraternidade e solidariedade humanas. Na década de 1930, elevou a educação ao nível de importância da campanha “Gota de Leite”, “Assistência Dentária à Infância Desvalida da Cidade” e ao combate à gripe espanhola, juntamente com outras instituições:

Associação Comercial, Escola Salesiana, Asilo Rio Branco, Hospital Santa Izabel, Cruz Vermelha de Sergipe, fábricas Sergipe Industrial e Confiança (LOJA..., 1919).

Nos magníficos eventos sociais da LMC, havia espaço para o tema da alfabetização, como ocorreu na ocasião das posses dos diretores, nas reuniões de iniciação para novos membros ou nas inaugurações de obras específicas, pois ali se prestigiava a boa educação e a Pátria, destacando-se os investimentos realizados em bibliotecas e escolas para as camadas populares.

Na hierarquia maçônica, o Venerável é a maior autoridade administrativa de uma dada Loja, que atua paralelamente à hierarquia litúrgica, a qual é dividida em três graus principais: aprendiz, companheiro e mestre (CASTELLANI, 2002). A posse de um Venerável é um acontecimento bastante importante para a Ordem e, em 1916, na posse do irmão-venerável Arthur Fortes, a educação teve destaque quando Clodomir Silva frisou o papel da família e saudou as senhoras, as senhoritas e as crianças presentes com invocação

à Pátria brasileira (LOJA..., 1918).

A posição da LMC correspondia à direção assumida pela Maçonaria, no mundo, em relação à manutenção de escolas, pois na Europa já havia privilégio para as ações educacionais, sobretudo por parte da Maçonaria Francesa; no Brasil havia iniciado aquele movimento em 1870, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX (BARATA, 1999).

O analfabetismo foi assunto discutido em Sergipe, por toda a primeira metade do Século XX, principalmente nas instituições culturais, com sede em Aracaju: Centro Cívico Amyntas Jorge (1917), Academia Sergipana de Letras (1928), Rotary Club de Aracaju (1934), Centro Democrático Arthur Fortes (1945), esse último fundado em 24 de agosto de 1945, na sede do IHGSE, por Franco Freire, Antônio Xavier de Assis, José de Alencar Cardoso, Osmar Hora Fontes, Ofênisia Freire, Aluísio Sampaio e Abelardo Monteiro. Inclusive, o analfabetismo mereceu atenção de setores sociais contrários ao seu combate, daqueles que duvidavam dos benefícios da ampla difusão da instrução, dadas as funções exercidas pelos analfabetos no âmbito do trabalho (BARÃO Z, 1925).

Construía-se, naquele contexto histórico, o analfabetismo como problema social gravíssimo e de difícil solução, porém altamente capaz de sensibilizar e mobilizar a população no que concerne à sua organização contra os males que a afligiam; erguiam-se os alicerces da LSCA, pelas palavras dos conferencistas e pelos textos dos mais renomados escritores, porque, no parlamento, na tribuna, nas praças públicas ou na imprensa vivia-se a experiência da cultura letrada e dos seus símbolos.

O palco estava montado para os atores e não faltaram cenas de discussão sobre o analfabetismo e o nacionalismo, a partir da LSCA, porque os intelectuais sergipanos inscreveram as representações acerca daquele assunto tão comentado nos discursos proferidos e nos escritos publicados. Os artigos, poemas e relatórios, assim como as cartas e crônicas que circularam na imprensa local e nacional, eram textos carregados de sentimentos e ideais, consensos e divergências sobre a educação, com importância equivalente aos temas sociais estritamente considerados da política, religião e tantos outros.

Além da expansão escolar, havia uma proposta civilizadora, voltada para a fundação de uma sociedade disciplinada e racionalizada ou uma propaganda política de grande amplitude e relevância para a história da educação brasileira, pois se tratava da “[...] luta política por afirmar a importância da instrução pública no processo de consolidação do estado nacional e na expansão, entre nós, do ideário civilizatório e cientificista do século XIX”. (FARIA FILHO, 1998, p. 146).

Por trás da discussão sobre o analfabetismo, estava o Brasil e a negação da sua existência como país, pois a nação ainda não fora construída aos olhos de quem buscava a cura e felicidade do povo mutilado que aqui vivia; povo incapaz de sentir a beleza da arte, a grandeza da generosidade e do amor à terra em que nasceu. Aquelas eram questões ainda mais amplas que a própria educação e não qualificáveis, necessariamente, como pedagógicas em sentido restrito; concernentes à higiene e ao trabalho, mas também as causas políticas correspondentes (CARVALHO, 1998).

Versava-se sobre a gente brasileira: cega, surda, insensível, incapaz; enfim: “[...] um povo sem vontade, sem alma, sem fibra, sem coração, que não persegue um ideal, que não vibra de entusiasmo, que não forja os seus destinos, e que, incapaz de comover-se, conserva-se indiferente diante das cousas mais grandiosas” (PAES, 1919, p. 1). Triste povo aquele! Vivia na vergonha e distante da civilização, reduzido a mais baixa condição social de ignorante, porque, era desconhecedor dos próprios direitos e deveres; alvo fácil de déspotas, caudilhos e tiranos – povo analfabeto. Desprovido de aspirações e recursos, não usufruía das vantagens da privacidade e da possibilidade de engrandecimento intelectual proporcionada

pela leitura e escrita, tornando-se incapaz de conhecer as notícias telegráficas por si mesmo, ilustrar o espírito nas grandezas da ciência ou nas belezas de um romance; enfim, vivendo alheio aos seus semelhantes, completamente inútil à Pátria (DORIA, 1919).

Protótipos daquela espécie de povo eram os camponeses acomodados, aos milhares, no vasto território do País, sem a mínima educação, longe dos centros urbanos, das ruas e avenidas que, apalermados, arrastavam-se, sem sentido, na labuta diária do cultivo da terra. Aqueles caipiras relegados e esquecidos da civilização, produziam o sustento do país e as reservas nacionais de modo precário e perigoso, ameaçando a sociedade porque podiam, a qualquer instante, insurgir-se contra a ordem estabelecida (LEÃO, 1916).

Os soldados analfabetos representavam também o povo brasileiro, do ponto de vista da inerente covardia e ameaça para a nação. Eles não sabiam lutar na guerra científica, porque não lidavam, de modo eficiente, com a maquinaria moderna da área bélica, sendo a tecnologia avançada e exigente quanto aos cuidados inteligentes para conservação e manejo dos instrumentos. Sem ler e escrever, dificilmente um soldado dominaria os saberes essenciais ao adequado tratamento dos novos e aperfeiçoados aparelhos usados na guerra moderna, caracterizada pela destruição do maior número de inimigos e pela menor exposição possível do combatente (DORIA, 1919).

Outra ameaça ao desenvolvimento era a infantil inocência e total ignorância das mulheres brasileiras que compartilhavam interesses duvidosos e fúteis. Companheiras dos homens na educação das futuras gerações, todavia padeciam da falta de patriotismo e ideal, apesar do seu potencial para servirem como amantes, esposas e mães devotadas ao lar, à moralidade, à virtude, à honradez e ao trabalho (OLIVEIRA, 1916a).

Na esteira das representações negativas, acerca do analfabetismo, chamava atenção, a crítica formulada ao grupo letrado, formado por intelectuais, empresários e políticos insensíveis que se autopromoviam à custa daquele problema, destacando as trevas, somente para revelar a própria luz. Aquele grupo possuía todas as condições intelectuais e financeiras de colaborar com o engrandecimento da Pátria, porém se mantinha insensível aos problemas sociais ou falsamente interessadas na sua solução, portanto, tão ignorante quanto os próprios analfabetos (BARÃO Z, 1925).

O grupo letrado chegava a ser pior que os analfabetos que produziam o feijão, milho, arroz e a batata para alimentar quem vivia apenas de teoria; eram piores que os analfabetos que ocupavam os “cargos de intendentes da roça” e viviam de acordo com uma filosofia de

vida bastante superior, pois, estavam alheios às cobiças e negociações econômicas, às reformas constitucionais e às teorias científicas; distantes dos empréstimos financeiros, das assinaturas dos títulos de dívidas e das infrações da lei da imprensa (BARÃO Z, 1925).

Ao contrário dos analfabetos inferiores, pobres, ignorantes e roceiros, os letrados compunham uma minoria improdutiva, rica e inteligente, responsável e beneficiária da situação de miséria do País. Embora se mostrasse interessada nas questões sociais, aquela minoria era muito favorecida pelos meios de comunicação, com dinheiro e cargos públicos à disposição, tornando-se um mal ainda maior que o próprio analfabetismo. Sob tal ponto de vista, não se tratava apenas de combater o analfabetismo, porque a ignorância era até um mal necessário, mas de reconhecer que as letras não eram solução para todos os problemas do Brasil.

À parte a discussão sobre a sua extinção ou preservação, o analfabetismo atraía o debate sobre os males existentes na sociedade, porque representava a imagem negativa do povo brasileiro; uma imagem produzida com argumentos discriminatórios e úteis ao projeto de construção da identidade nacional. Em geral, aquela representação fundamentava-se em uma explicação racionalista que justificava o controle consciente dos pobres e oprimidos assistidos e educados pelas organizações culturais de cunho filantrópico e servia às pressões populares por um sistema público condizente com o ideal de construção do Estado Nacional. Inclusive, legitimava a intervenção social realizada por instituições como a LSCA com base no ideário disseminado, fundamentado nos pressupostos da tolerância, benemerência e do humanitarismo, ou seja, na face pragmática do Iluminismo (HILSDORF, 2004).

Filantropia e segurança nacional foram as bases daquela campanha de alfabetização no Brasil e ainda no período Getulista reafirmavam-se pela importância na resolução dos problemas nacionais (HORTA, 1994). Alfabetização virou palavra de ordem para a maioria, por levar o alfabeto às “almas enternecidas de nossos patrícios humildes” e o despertar do amor à terra (LIMA, 1935). A história do alfabeto equivalia à história da civilização e da cultura humana, da marcha ascendente da primitiva e confusa vida, para o sistema harmonioso e definido (ARGOLLO, 1935).

O suposto atraso econômico, social e cultural do país e a relação estabelecida com o analfabetismo revelou um preconceito que perdurou ao longo da história da educação brasileira, apesar dos avanços obtidos nas áreas da Psicologia, Didática e Antropologia, os quais trouxeram repercussões no âmbito do ensino, principalmente em torno das dúvidas quanto à capacidade de aprendizagem do adulto (PAIVA, 1987). Na década de 1950, o

analfabeto, finalmente, começou a perder o seu atributo de culpado pela falta de ilustração, sendo representado como vítima das circunstâncias da vida, consciente da sua posição na sociedade e da necessidade de aprendizagem (HOLZMISTER, 1949).

Enquanto perdurou a edificação do país iluminado, os entusiastas da educação trabalharam pela extinção da miséria, do mal-estar físico e moral, do analfabetismo. Enfrentaram os seus próprios medos e a críticas dos adversários para levarem adiante o movimento pró-escolarização. As desconfianças dos mais céticos em relação aos benefícios da ilustração e das práticas escolares fizeram questionar: “Soletrar, ler, fallar é um bem? É um mal (...)?” Se a leitura, inevitavelmente cria dúvidas e põe o homem no lugar dos mistérios, os seus benefícios não seriam tão certos (ESTEVES, 1921, p. 2). Mas, a dúvida não foi suficiente para inibir a trajetória dos defensores da educação, da nação e da Pátria porque aquilo representava para eles um ato tão importante quanto heroico.

Os heróis da salvação nacional fariam a população ter acesso à escola e modelariam a sua alma para independência espiritual do país. Como heróis regenerariam os costumes e a vida social, pela simples difusão do ABC, enfrentando o “veneno de perdição nacional” que era o não saber ler e escrever, o maior inimigo da Pátria (SANTIAGO, 1919). Símbolos dos ideais preconizados, eles criaram certo fetiche ou prestígio para reivindicar sua qualidade de elite (ELIAS, 1986, p. 77). Como partícipes do campo intelectual sergipano, construíram uma identidade com a defesa da alfabetização dos grupos menos favorecidos, obtendo legitimidade suficiente para intervirem nos destinos da sociedade local, com argumentos cientificistas (SOUZA, 2001).

A veemência do discurso daquela elite intelectual distinguiu-a de outros grupos sociais, corroborando em certa medida as acusações sobre a necessidade que tinham os homens de letras em chamar a atenção para os analfabetos, a fim de obterem destaques sobre si mesmos. Cidadãos disciplinados e necessários ao país, seres humanos capazes de amar e sentir orgulho pela terra em que nasceram, de nutrir um amor especial à Pátria, de honrá-la e de trabalhar por ela. Aquela foi a imagem exemplar inventada e propagada pelos intelectuais, principalmente, nas escolas por ser uma instância de civilização com incumbência de divulgar um repertório de conteúdos, de uniformizar símbolos e valores, bem como de promover o “culto à pátria” (CARVALHO, 1990).

Pela escola, puseram-se a apressar e melhorar o desenvolvimento físico e orgânico do indivíduo, tornando-o apto a viver no seu ambiente social, trabalhando a virtude e o caráter, desenvolvendo o culto da justiça, necessário ao respeito dos semelhantes, à

solidariedade social, à organização das nações, à ordem de um país e à sua segurança interna. A escola era, sobretudo, formadora da alma, capaz de levar o lábio que soletrava e a mão que escrevia a buscar nos “reservatórios morais do íntimo ser as claridades eternas da luz do bem” (ESTEVES, 1921, p.2).

A pedagogia da LSCA

A Pedagogia Moderna e os estudos sobre a natureza da criança iluminavam a proposta de escolarização dos intelectuais da LSCA e determinavam os princípios metodológicos do modelo educativo adotado. A valorização dos métodos modernos de educação era uma evidência da busca pela realização no meio escolar de novas formas de organização do trabalho.

Assim, medidas de racionalização da atividade do aluno através da rotina escolar, ao lado de dispositivos de moralização dos costumes em festas, comemorações cívicas e preleções, traduziam a expectativa de operacionalizar, através da educação, a organização racional do trabalho (CARVALHO, 1998).

A padronização metodológica visava à conformação de uma unidade de controle nacional e o método intuitivo que se irradiou no Brasil, a partir da experiência de São Paulo, das reformas de Caetano de Campos e Sampaio Dória, trazia em si a preocupação com a implantação da racionalidade. Os seus defensores tinham como fundamento as ideias de Kant, da razão e das luzes (CARVALHO, 2000a).

Pais e mestres deviam vigiar, fortificar e dirigir a vontade da criança, de modo a colocá-la em condições de se governar e poder dominar os impulsos e as emoções. Deviam despertar energia, coragem, iniciativa, perseverança, segurança e desenvolver o bom senso e o discernimento, fazendo com que pudesse agir de forma civilizada. Essa era a formação do patriota – o homem e a mulher capazes de pensar, sentir e agir guiados pelas luzes do ABC, do bem e da força que os tornaria indivíduos cultos, generosos e fortes (BILAC, 1913).

Grande responsabilidade recaía sobre a sociedade, pela educação dos cidadãos, pois a educação cívica para o rebotalho da sociedade resolveria o problema dos maltrapilhos e caquéticos, desfibrados pelo impaludismo que serviam ao Exército, peralvilhos das cidades e

apaziguados dos chefes políticos que passeavam pelas ruas a sua impunidade de insubmissos ao serviço militar e descumpridores do dever cívico (FONTES, 1921).

A educação era força social que marchava, paralelamente à evolução humana, a arte de formar o inconsciente pelo consciente, tal qual pressupunha o psicólogo e sociólogo francês Gustave Le Bon, em sua obra “Psychologie de la Education” (LIMA, 1959). Pela educação, a sociedade ficaria livre dos crimes e garantiria o bem-estar, pois como as moléstias da vida física desapareciam com a tomada de medidas higiênicas, o crime era combatido da vida social com a criação de instituições capazes de tornar os homens sábios e bons (LIMA, 1919).

A cultura do sentimento foi o maior fim a ser alcançado, mediante boas ações e grandes exemplos porque sem a base moral restaria a pura instrução, a serviço da desordem e da anarquia. A moralidade era capaz de arrancar os brasileiros da animalidade em que se encontravam bem ligados por fortes e indissolúveis laços hereditários e tradicionais. Ela garantiria a vontade do bem, pois “[...] educar é justamente isto, dar luz à bondade invisível que está em nós, debruçada para o mundo, em atitude contemplativa, na irradiação da suprema ternura, com a séde do bem” (ESTEVES, 1921).

Ao professor era atribuída função importante, porque da sua instrução e competência dependia o sucesso do educando, sendo a formação do mestre essencial ao aperfeiçoamento das inclinações naturais, assim como das suas qualidades didáticas. O professor não podia se embarçar e prejudicar o desenvolvimento físico, moral e intelectual do educando, antes devia ser modelo de bondade e perfeição para a criança que o imitaria até despertar o sentimento de autonomia e responsabilidade, pois a autonomia era a base da educação política e da vida individual (OLIVEIRA, 1916c).

Norman Alisson Calkins e as suas “Lições de Coisas” inspiravam os educadores sergipanos a defender o desenvolvimento de atividades intelectuais agradáveis, capazes de produzir prazer em lugar de desgosto, de acordo com as faculdades perceptivas infantis. Tal compreensão conduzia a certa compreensão acerca do desenvolvimento individual da criança, baseado na reprodução das fases do desenvolvimento histórico da humanidade, partindo o seu espírito do simples para o composto, do definido para o indefinido, do concreto para o abstrato.

Para o ensino da leitura e escrita aqueles pressupostos repercutiram favoravelmente, pois Adolpho Avila Lima sugeriu o método americano, embora advertisse o risco da mera adaptação do método das “lições de coisas” ou “método do ensino pelo aspecto” às escolas brasileiras. Mais que fazer ver era preciso fazer compreender, raciocinar e proceder, pois os

olhos não podiam substituir a inteligência, antes, deviam ser um recurso a mais para desenvolvê-la. Ele condenou a adoção do sistema de “soletração e silabação”, considerado obsoleto, apesar de ser utilizado no Brasil à época da campanha de combate ao analfabetismo, porque tais procedimentos sacrificavam as leis do conhecimento infantil e levavam a resultados insatisfatórios (LIMA, 1915a).

Eu tenho, por mais de uma vez assistido ao tristissimo espetaculo de ver alumnos, sahidos dos nossos Museus Pedagogicos, lerem corretamente palavras e até proposições simples, compostas e complexas, sem nenhuma consciência do que lhes fora ensinado; quero dizer que aprenderam de cor, vocabulos e sentenças, entretanto, sem saberem distinguir palavras, nem tampouco terem a menor noticia do sentido logico da phrase (LIMA, 1915a, p. 1).

Na escola, o ideal seria ensinar as crianças pelo mesmo processo natural e espontâneo pelo qual elas aprendiam a falar no ambiente do seu lar, a partir da palavra real, positiva ou concreta até as sílabas e em seguida para as respectivas letras, pois depois de decompostas as palavras em seus elementos, haveria possibilidade da recomposição. O “sistema da palavração” sem a decomposição dos elementos constitutivos dos vocábulos era estéril.

Itala Silva de Oliveira sistematizou as suas ideias acerca da metodologia do ensino para a leitura e escrita com base nas ideias de filósofos e educadores como o inglês Herbert Spencer, o escocês Alexander Bain, o americano Francis Wayland Parker, o português António Sena Faria de Vasconcelos e o francês Jules Payot. Ela concluiu que o ensino primário em Sergipe não passava de uma utopia, pois a sua experiência na Escola Normal lhe deixou descontente, em relação às aulas de leitura, as quais não seguiam as mais elementares regras da Pedagogia Moderna. Apesar das recomendações feitas aos professores para o uso dos processos da palavração e sentencição no ensino da leitura, percebeu ali que as professoras preferiam partir do abstrato para o concreto e não o contrário, sempre começando pelo ensino do alfabeto, comprovando o fato de que “[...] ensinar não é coisa fácil, como pensam por ahi incompetentes no assumpto. Ensinar é um problema complexo, que exige do educador não pequena somma de conhecimento” (OLIVEIRA, 1916c, p. 2).

Helvécio de Andrade assumiu um ponto de vista distinto ao afirmar que o segredo da educação no Brasil estava na organização e na fiscalização ativa do ensino e não no método. Era a falta de uma política nacional que o incomodava, pois atribuía as deficiências da educação à orientação dos Estados, além de vários outros fatores: grande extensão territorial, dificuldade de comunicação, desproporção e má distribuição dos recursos financeiros, incompreensão e ignorância sobre o problema. Entendia que o ensino popular no Brasil era “coberto de tacos”, sendo a educação nacional uniforme a única admissível, tanto em relação

à preparação dos professores e ao programa quanto ao método de ensino. Para ele, não podia haver ensino sem escolas adequadas, sem professores aptos e sem orientadores capazes. (ANDRADE, 1917).

Mantidas aquelas convicções, anos mais tarde, ele defendeu a tese de que quaisquer métodos serviam quando bem praticados, pois, em certas condições determinado método se tornava excelente, principalmente quando aplicado a classes pequenas, de igual capacidade mental. Para a escola isolada do interior, na qual a professora ficava sujeita às hostilidades e indiferenças do meio ambiente, sem outro apoio senão a sua coragem, o melhor método lhe parecia aquele que rendia mais em termos do ler, escrever e contar.

Todavia, um programa oficial exigia a adoção de um método geral ao qual devia ser submetido o trabalho escolar, sem deixar livre à vontade do professor em tal aspecto, por isso recomendou o método “sintético analítico” para o ensino da leitura e escrita, em função da sua suposta elasticidade, para desenvolver a arte do ensino, porque admitia a combinação da palavração, sentencição e silabação, conforme o “João de Deus”, sem impor ao professor um só caminho. O método João de Deus consistia no ensino da leitura de palavras e sílabas, sem combinações paralelas com a escrita, uma vez que a leitura devia preceder a escrita. Foi considerado, a seu tempo um método analítico (BOTO, 2004).

No cerne das discussões pedagógicas, permanecia a perspectiva de consolidação do Estado, com pressupostos de conformação social embutidos no debate de extensão das oportunidades escolares, pois educar na escola era uma tarefa de reforma social contida, controlada e vigiada. O combate ao analfabetismo e a criação de escolas eram uma obra cívica, justamente, porque permitia organizar um campo intelectual, local que teria legitimidade suficiente, não somente para implantar um projeto pedagógico racionalista, mas determinada ordem no cotidiano das pessoas, definindo novos códigos de civilidade a serem socializados através da escola.

Capítulo III

Difusão das luzes: expansão escolar e práticas civilizatórias da LSCA

Uma após outra, por diversos cantos de Sergipe, surgiram escolas de alfabetização como “focos de luz” a clarear a ignorância predominante nos bairros populares da capital e das cidades do interior, paralelamente às atividades culturais desenvolvidas no contexto urbano, onde se expandiram as práticas civilizatórias da LSCA, baseadas no sentimento cívico patriótico: inaugurações de escolas, conferências públicas, festivais de arte, criação e uso de jornais, simbologias.

Sobretudo na expansão escolar, vislumbrou-se a dimensão prática do movimento de combate ao analfabetismo e, tanto na capital quanto no interior, a primeira unidade fundada foi um acontecimento especial porque, como os templos, as escolas eram consideradas sagradas e abertas à recepção dos desamparados, carentes de patriotismo. A importância da constituição de uma rede escolar encontrava paralelos com a religião, porque ambas as instituições protegiam duas eternidades contíguas entre si: Deus e a alma (FONTES, 1921).

Em Aracaju, a criação da primeira escola remonta à própria fundação da LSCA; no interior, a criação de uma escola em 1920, às margens do Rio São Francisco, no povoado Lagoa Funda, município de Propriá, marcou o processo de combate ao analfabetismo (UMA..., 1919). Por um apelo de sessenta pais de família que reclamaram a falta de instrução de cento e vinte e três crianças, o movimento expandiu-se interior adentro, com o intuito de organizar uma rede escolar constituída por trinta e oito escolas, das quais vinte e duas foram administradas por Amyntas José Jorge e outras dezesseis criadas a partir de 1943, no período da administração da LMC. O mapa da expansão da rede escolar da LSCA indica a eclosão dos “focos de luz” em vinte e cinco municípios sergipanos contemplados, incluindo Aracaju.



Imagem 6: Mapa da
Fontes: Correio de Al

.1919, Gazeta d

Os diretores da LSCA sequer tiveram o controle total das escolas criadas a partir da campanha, embora estivessem cientes dos efeitos da propaganda sobre autoridades, comerciantes, industriais, instituições e filantropos, assim como das interdependências resultantes das negociações políticas, econômicas e sociais realizadas em nome da campanha contra o analfabetismo. Devido à criação independente de escolas por sócios e outras instituições que aderiram ao movimento de combate ao analfabetismo, o total das unidades escolares tornou-se inexato.

Uma ou outra escola de alfabetização teve a fundação apenas cogitada, a exemplo da Escola General Valadão da cidade de Simão Dias. Durante a pesquisa, também não foram encontradas informações sobre as escolas “Pereira Lobo”, “Firmino Melo” e “General Camerino” às quais se referiu Figueiredo (1989). Isso mostra que muitas unidades escolares criadas podem ter sido esquecidas, pela falta de registros, embora tenham sido criadas por diversas instituições culturais, fábricas, colégios e particulares que decidiram, por conta própria, seguir a orientação do movimento de combate ao analfabetismo e organizar salas de aula para o ensino de crianças e adultos.

A imprensa notificou em 1917, uma ação por parte de D. José Thomaz, Bispo de Aracaju, que atendeu aos apelos da LSCA e, planejou a fundação de uma escola para operários analfabetos com o apoio do Presidente do Estado, batizando-a de “Escola Diocesana Sagrado Coração de Jesus”. Em 1918, foi a vez do Coronel Sabino Ribeiro, da fábrica de tecidos Ribeiro Chaves e Cia, instalar uma escola gratuita para os filhos dos auxiliares e operários, bem como para a população residente nas proximidades daquela fábrica, sendo a sua atitude imitada pelo dono da Fábrica Brittos, Menezes & Cia, de Propriá.

Cerimônias de inauguração selavam a abertura de novas escolas, bastante prestigiadas pela imprensa que incentivava a participação da população. Distintos jornalistas, intelectuais e comerciantes emprestavam, ao evento, o caráter imponente dos grandes acontecimentos da cidade, com discursos e homenagens, atos de nomeação e posse dos professores, assinaturas dos termos de instalação e das atas. Representantes de instituições renomadas estiveram presentes nos eventos promovidos pela LSCA, como Paulo Costa, Diretor do Ateneu Pedro II; o Diretor da Instrução Pública, Carvalho Neto (LIGA..., 1930).

Naquelas ocasiões, os discursos versavam sobre questões relativas à educação e à ação da LSCA, pois os professores, os familiares dos homenageados, o orador oficial, as autoridades e até as crianças tratavam das responsabilidades assumidas, das promessas de esforço, dedicação, zelo e carinho ou do amor às letras. Eram momentos propícios à

realização de rituais cívicos, quando o Hino Nacional e o Hino da Liga Sergipense contra o Analfabetismo eram entoados em celebração à Pátria. A descontração tomava conta das pessoas ao final dos eventos quando as conversas aconteciam livremente, em meio aos comes e bebes.



Imagem 7: Inauguração da Escola Artur Fortes (1945)

Autor: Não identificado

Fonte: Acervo do IHGS

Personalidades sergipanas ilustravam as escolas de alfabetização com os seus nomes, fossem do meio educacional, da política, do comércio ou da indústria, uma homenagem prestada pelos líderes da campanha de combate ao analfabetismo às pessoas que contribuíram, significativamente com o desenvolvimento educacional sergipano. Certamente, as homenagens geravam disputas no interior da LSCA, porque prevalecia sempre a maior ou mais significativa contribuição em cada momento, a ponto de, reiteradas vezes, mudarem os patronos, ora sendo a escola de Santo Amaro chamada Sílvio Romero, ora Comendador Travassos, por exemplo.

Em Maruim, o patrocínio do comerciante José Quintiliano da Fonseca lhe valeu a homenagem; já a Escola Capitão João Tavares recebeu tal denominação em homenagem ao pai de Gentil Tavares e a Escola Félix Diniz em homenagem ao educador sergipano, na passagem do centenário do seu nascimento (ARGOLLO, 1923). Para uma identificação mais segura, adotou-se a numeração das escolas por ordem de fundação que figurava sempre ao lado do distintivo “Escola da Liga Sergipense contra o Analfabetismo”. A relação nominal de todas as escolas identificadas encontra-se abaixo.

Quadro 1

ESCOLAS DA LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO - 1916-1950

N. de Ordem	Nome	Local	Ano	Observações
1.	Escola Teodoro Sampaio	Aracaju	1916	-
2.	Escola Rio Branco	Aracaju	1917	-
3.	Escola Tobias Barreto	Aracaju	1918	-
4.	Escola Francino Mello	Aracaju	1918	-
5.	Escola José Augusto Ferraz	Aracaju	1919	-
6.	Escola Messias Alves	Lagoa Funda-Propriá	1920	-
7.	Escola Cesário Pessoa	Barra dos Coqueiros	1920	-
8.	Escola Olímpio Campos	Aracaju	1920	-
9.	Escola Comend. Travassos	Santo Amaro	1920	-
10.	-	Tobias Barreto	1921	S/ identificação
11.	Escola Severiano Cardoso	Estância	1921	-
12.	Escola Gumercindo Bessa	Itabaianinha	1921	-
13.	Escola Almirante Aminthas Jorge	Simão Dias	1922	-
14.	Escola Capitão João Tavares	Frei Paulo	1928	-
15.	Escola Alcebiades Corrêa Paes	Aracaju	1930	-
16.	Escola Benjamim Teles	Capela	1931	-
17.	Escola Clodomir Silva	Laranjeiras	1933	-
18.	Escola José Quintiliano da Fonseca	Maruim	1936	-
19.	Escola Ivo do Prado	São Cristóvão	1936	-
20.	Escola João Ribeiro	Itabaiana	1936	-
21.	Escola Agostinho Gonçalves	Propriá	1943	-
22.	Escola Comendador Gonçalves	Aracaju	1943	-
23.	Escola Laudelino Freire	Lagarto	1943	-
24.	Escola Artur Fortes	Aracaju	1945	-
25.	Escola Alvaro Brito	Aracaju	1946	-
26.	Escola Capitão Salomão	Salgado	1946	-
27.	Escola Sílvio Romero	Antas-Gararu	-	Já funcionava em 1950
28.	Escola D. Maria de Faro Rolemberg	Japarutuba	-	Já funcionava em 1932
29.	Escola Dionísio Eleutério de Menezes	Riachuelo	-	Já funcionava em 1935
30.	Escola Graciliano de Oliveira	Ribeirópolis	-	Já funcionava em 1940
31.	Escola Erasmo Braga	Aracaju	-	Já funcionava em 1950
32.	Escola Lauro Borba	Aracaju	-	Já funcionava em 1950
33.	Escola Félix Diniz	Aracaju	-	Já funcionava em 1950
34.	Escola Lívio Pereira	Aracaju	-	Já funcionava em 1950
35.	Escola Moreira Guimarães	Cedro	-	Já funcionava em 1950

36.	Escola Tobias Barreto	Neópolis	-	Já funcionava em 1950
37.	Escola Abdias Bezerra	Serra-Itabaiana	-	Já funcionava em 1950
38.	Escola Rodrigues Neves	Carira	-	Já funcionava em 1950

Fontes: A relação das escolas foi organizada com base nas edições dos jornais Correio de Aracaju de 1916-1950, Sergipe Jornal 1921-1943, Diário da Manhã 1916-1919, Estado de Sergipe 1917-1919, Século XX 1918-1919, Gazeta do Povo 1924- 1925, O Liberal 1929-1930, O Imparcial, 1918, A Tribuna 1931, bem como na Revista Mercúrio números 20, 19, 45, 91, nos termos de inspeção 1923-1944 e SERGIPE. **Quadro Demonstrativo dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Estaduais, Municipais e Particulares e Nomes dos Respetivos Professores.** Aracaju: Imprensa Oficial, abril, 1941.

A instalação das escolas dependia da existência de fundos para a sua manutenção, razão que levou Jamil Chadud, em 1935, a atentar para o risco que representava a criação de novas unidades, sem o devido controle, pois havia necessidade de disposição do professor, espaço apropriado e material escolar. Era preciso existir uma casa ou um cômodo, mais os móveis, o material didático, as verbas para os honorários dos professores, recursos adquiridos, mediante doações, que podiam demorar a chegar, como ocorreu com a Escola Capitão João Tavares, a qual estava para ser fundada desde o ano de 1927, mas somente, em 8 de julho de 1928, foi inaugurada, graças ao auxílio do Coronel Antonio Borges, chefe político da localidade (MAIS..., 1927).

O período de funcionamento das escolas variava bastante, algumas eram fechadas e depois reabertas ou encerradas definitivamente, havendo possivelmente, em diferentes tempos e lugares, a mesma escola ou velhas escolas com novos patronos, mantidas as predisposições gerais quanto às finalidades de instruir e educar na cultura cívica para o engrandecimento da Pátria.

As escolas: lugares de civilização

A tênue luz do querosene queimado clareava os pequenos espaços das escolas, enquanto o grupo de alunos guiado por um professor permanecia atento às lições do alfabeto e do cálculo, exercitando-se naquelas práticas civilizatórias da LSCA; práticas desenvolvidas em salas de aula montadas no cômodo principal das residências dos professores, nos prédios emprestados, doados, alugados ou públicos que serviam de escola e lugar de propagação da luz do saber que constituiria a pátria povoada de gente culta.

Eram escolas isoladas que resistiam às grandes expectativas em torno dos grupos escolares, considerados a invenção moderna mais adequada à educação popular daquele

momento, pois Sergipe já investia na reforma da instrução pública e na inauguração da modalidade do ensino primário graduado, conforme regulamentado pelo Decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911 (AZEVEDO, 2010).

Os grupos escolares marcaram o projeto político republicano de reforma social e trouxeram implicações importantes para a educação pública do Estado de Sergipe que também buscou inspiração nas propostas educacionais de São Paulo, as quais se disseminavam no país, porque eram consideradas mais adequadas ao desenvolvimento de um ensino primário completo, baseado em um programa enriquecido e enciclopédico, assim como nos mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes à época. O modelo de escola graduada pressupunha uma organização didática, administrativa, econômica e racional complexa, mais adaptada aos núcleos urbanos, a qual exigia um edifício com várias salas de aula, vários professores, classificação homogênea dos alunos por nível de aprendizagem, divisão do trabalho docente (SOUZA, 1998).

Aquele tipo de organização exigia aparelhagem de alto custo e dificultava a sua disseminação, diferentemente do modelo das escolas isoladas cuja manutenção era mais viável e apropriada às possibilidades financeiras e ao projeto pedagógico da LSCA. A organização das escolas isoladas era coerente com as finalidades de redução dos custos referentes à estrutura material, com a necessidade do máximo atendimento de alunos ao mesmo tempo e, até certo ponto, com a aplicação dos pressupostos modernos da educação.

Um quadro negro de 2m x 1m pendurado na parede, muitas vezes, era quase tudo que preenchia os espaços escolares, mais um banco com encosto, seis bancos-cadeiras, dois outros bancos comuns para os alunos e mais uma banca com cadeira para o professor. Parte dos móveis era emprestada e outra parte confeccionada em Aracaju, geralmente na oficina do Coronel José Alcides Leite. Por vezes, Amynthas José Jorge cuidou pessoalmente, da organização dos espaços, mobiliando-os com utensílios que transportava da capital até o interior, sofrendo com a retirada dos objetos pelos donos que os recuperavam a qualquer tempo do fechamento das escolas (VAI..., 1920).

Prédios em ruínas abrigavam as escolas, fato constrangedor para os líderes da campanha de combate ao analfabetismo que primavam pela chamada higiene dos espaços, desde os primeiros anos de implantação da LSCA. Mas, a precariedade suplantara a escassez de espaços e servia as iniciativas de escolarização, porque podia ser enfrentada paulatinamente com os incentivos que surgiam para aliviar as tensões criadas pela ameaça da má conservação dos espaços. Em 1922, Thales Ferraz socorreu a Escola José Augusto Ferraz

com uma reforma no prédio que evitou o encerramento das suas atividades, por exemplo (LIGA, 1922).

Em 1950, a precariedade dos espaços escolares foi enfrentada com a distribuição das escolas entre os espaços do Albergue Noturno, do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, da Cruz Vermelha e dos prédios do Departamento de Educação. Então, as escolas funcionaram com outras atividades institucionais e/ou com outras escolas da Rede Estadual de Ensino, uma saída eficiente para evitar o mesmo destino da Escola Artur Fortes que, em 1948, fechou as suas portas (LSCA, 1950, 1949b).

Por menores que fossem os custos de uma escola isolada, a abertura e o fechamento ficavam à mercê das variações nas doações realizadas em nome da LSCA que garantiam ou não a organização dos espaços. Fartos recursos e doações significativas favoreciam não apenas as reformas escolares, mas a abertura de até mais de duas unidades em um único dia; assim aconteceu, quando Francino de Andrade Melo doou uma casa com escritura em 21 de agosto de 1918 (LIGA, 1918). Em 1934, na cidade de Ribeirópolis, foi reaberta a Escola Graciliano de Oliveira com recursos oriundos de doações obtidas pela Embaixada Nacional de Educação para a LSCA (LIGA..., 1934).

O conselho Diretor do Rotary Club aprovou a fundação da Caixa Escolar “Almirante Amynthas Jorge” no dia 13 de maio de 1938 para atendimento da Escola Lauro Borba, sendo os Estatutos daquele Caixa Escolar publicados no Jornal do Clube, depois de discutidos e aprovados, para garantir que todos os rotarianos de Aracaju se tornassem fundadores (UMA..., 1939). As doações advindas dos Caixas Escolares ajudaram muito a suprir as necessidades relativas aos espaços das escolas da LSCA: “Caixa Escolar Olímpio Campos”, atendia à Escola Gumercindo Bessa; “Caixa Escolar Amyinthas Jorge”, atendia à Escola Severiano Cardoso; “Caixa Escolar Almirante Amyinthas Jorge”, atendia à Escola Lauro Borba. Mas as Caixas Escolares não foram fontes permanentes de recursos, tendo o patrocinador cessado as contribuições e fechado as escolas mantidas por ele fortuitamente, até mesmo antes dos diretores da LSCA tomarem ciência do fato.

Distintos motivos faziam cessar as atividades escolares além da existência e condições dos espaços: morte, acidente, doença, casamento ou viagens dos professores. Porém, a disponibilidade dos salões para instalação das aulas era essencial, a ponto de determinar a permanência ou extinção de uma unidade escolar. Em 1935, a administração pública de Laranjeiras restringiu os benefícios destinados a LSCA, impedindo o uso do espaço cedido na sede da Intendência Municipal para funcionamento de uma escola, fato que deixou os diretores insatisfeitos por terem sido forçados a optar pela subvenção destinada à Escola Clodomir Silva (JOSÉ JORGE, 1935).

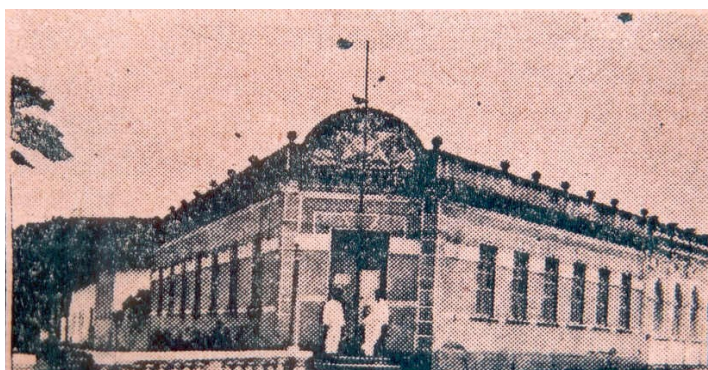


Imagem 8: Intendência da Laranjeiras [1933-1934]

Autor: Não identificado

Fonte: Cadastro Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe - Aracaju 1933-1934

Na década de 1950, uma campanha por espaços próprios para as escolas da LSCA chegou a ser levada adiante pela LMC, tendo a Prefeitura de Aracaju cedido terreno situado na Rua de Laranjeiras para construção do prédio que abrigou as “Escolas Reunidas Número Um”, ou seja, Escola Theodoro Sampaio e Escola José Augusto Ferraz. Provavelmente, tratava-se do terreno doado pelo Prefeito Conrado de Araújo que ampliou o patrimônio da LSCA, o qual já incluía o prédio da “Escola França Melo” ou “Escola Francino Melo”, situada na Rua Estância, o qual passou também por reforma. (GRAÇA et. Al., 1996)

Em que pese a importância dos espaços na constituição da rede escolar da LSCA, não se trata de aspecto exclusivamente determinante das formas assumidas e dos sentidos atribuídos às experiências escolares, porque as práticas culturais e civilizatórias, de modo geral, basearam-se em múltiplas representações produzidas e apropriadas, cotidianamente, por professores e alunos.

As práticas escolares

Na década de 1930, por volta dos seus dez a doze anos de idade, João Alves de Oliveira tornou-se aluno da Escola João Tavares, onde fez amizades com os rapazes de até dezoito anos que também estudavam lá, inclusive com Salustiano José dos Santos e José Andrade de quem se recorda saudosamente. O Professor Francisco Nogueira Borges, Professor Borginho, era conhecido na região de Frei Paulo e pessoa de confiança para o avô daquele menino que fez a matrícula por acreditar que ali o seu neto aprenderia tanto a ler e escrever quanto a conhecer e respeitar os bons costumes.

Francisco Nogueira Borges foi um dos três professores que compuseram o quadro docente da LSCA, formado, em sua maioria por mulheres, pelo menos quarenta e seis no período focalizado. Para escolha dos professores, concorria o parentesco, a amizade ou a proximidade com os líderes da campanha de combate ao analfabetismo, sendo comuns as substituições, conforme relatou a professora Maria Madalena Moura que ensinou por vinte e cinco anos na Escola Artur Fortes: “[...] tinha uma colega que pertencia a essas coisas. Foi ela quem arranhou para mim. O nome dela era Lúcia. Eu acho que já morreu. Ela morava no Rio de Janeiro. Foi embora. E arranhou essa escola para eu ensinar. Eu fui ensinar e daí continuei” (MOURA, 2003).

Os professores não tinham contrato de trabalho e recebiam pelos serviços prestados somente uma gratificação que demorava a ser paga e mal dava para suprir as suas necessidades básicas. A formação do professor e localidade da escola determinavam o valor da gratificação, sendo menor para os leigos do interior que concorriam com professores formados na Capital pelo Curso Normal (OLIVEIRA, 1950).

Para alguns professores, a sobrevivência falava mais alto e eles aceitavam o cargo, até “[...] porque moravam na casa. A casa da escola era residência das professoras. Quer dizer, uma vantagem que elas tinham”. Aquela situação foi comum na década de 1940, quando as escolas funcionaram nos prédios alugados pela campanha de combate ao analfabetismo, ficando livres também dos custos com energia e água. Houve casos de professores que abriram escolas particulares naqueles mesmos espaços, criando ali outra fonte de renda para si e um estímulo a mais para manter o seu vínculo com a LSCA (SANTOS, 2003).

O magistério teria sido um verdadeiro sacrifício nas escolas da LSCA, coisa de “desprendidos patrióticos”, que chegavam até a custear as despesas do ensino, pagando querosene e giz, se não houvesse outros interesses em vista. Em Aracaju, eles vislumbravam a conquista de um lugar no quadro do funcionalismo público, pois acreditavam na possibilidade de, um dia, as escolas isoladas serem equiparadas às da rede estadual. Por outro lado, os professores que moravam no interior, cedidos e remunerados pelos poderes estadual e municipal, vislumbravam ocupar os lugares nas escolas isoladas da capital, alimentando a necessidade de manutenção de tais unidades de ensino.

Os idealistas criaram problemas nos vários momentos em que houve desativação de escolas, segundo José Francisco da Rocha, membro da LMC desde o ano 1949 e seu ex-venerável, pois os professores diziam “[...] não, não se preocupe. Todo dever é fácil, é fácil. Mas, o tempo foi passando, foi passando... Então, já com os amigos: - que nada, é povo rico, você é boba menina, você passou esse tempo todo. Vá para a justiça do trabalho. Então tinha gente na justiça do trabalho” (ROCHA, 2004).

Efetivamente, os professores puseram em prática a proposta pedagógica da LSCA e deram vida aos ideais de escolarização, acolhendo nos salões de suas próprias casas ou dos prédios cedidos pela comunidade e pelas autoridades públicas um total de cinquenta pessoas ou mais. Somente pela insuficiência dos espaços e intolerância a promiscuidade de crianças e adultos em espaços acanhados, não matriculavam números maiores de alunos, assim como pelas restrições da idade para matrícula: oito anos, no mínimo, e quatorze anos, no máximo.

Dos cem candidatos às vagas da Escola Theodoro Sampaio no primeiro ano de funcionamento, metade não foi atendida, assim como dos cento e vinte candidatos às vagas da Escola José Augusto Ferraz, apenas quarenta e cinco foram contemplados. Aqueles limites causaram tristeza e vergonha, tanto aos professores, quanto aos líderes da campanha de combate ao analfabetismo que se viram impedidos pelas condições financeiras da LSCA de ampliar o número de vagas para maior atendimento dos alunos (BARRETO NETO, 1919).

Encontram-se na imprensa da época informações sobre os resultados escolares, sendo notável registro dos boletins da LSCA sobre os totais de alunos que concluíam o curso anualmente. Em 1919, duzentos e dezenove alunos foram matriculados nas cinco escolas em funcionamento, dos quais cento e sessenta se tornaram assíduos. Mas a história registra queda nos totais de alunos que concluíram o curso, os quais atingiram apenas vinte e seis, em 1931, vinte e dois, em 1934, e trinta e quatro, em 1936, nas escolas da Capital.

Operários, criadas de servir, jovens, adolescentes trabalhadores, em geral, queriam ocupar os bancos escolares à noite, principalmente, porque, durante o dia inteiro, buscavam o sustento das suas famílias, embora pequeno quantitativo deles tenha sido atendido. Eles sequer sabiam sua própria idade e filiação, motivo pelo qual nem sempre se realizou tais registros nos livros escolares, mas entusiasmaram-se com a possibilidade de poder aprender a ler, escrever e contar, ainda mais porque suas crianças integraram as turmas diurnas (LIGA..., 1916b).

Quando João Alves de Oliveira foi matriculado na Escola do Professor Borginho, ele já tinha passado pela escola do professor Ferreira Nunes, onde foi apelidado de “cavalo roto” por suas dificuldades com o ABC, tendo por orgulho e receio da palmatória adiantado o conhecimento das letras do alfabeto de cor e salteado e depois das sílabas aprendidas com a “Cartilha Nacional”. Ao chegar à escola do professor Borginho acertou todas as lições da “Cartilha Analítica” e logo ganhou o primeiro volume da coleção “Corações de Criança” porque soube ler os textos aleatoriamente e sem hesitação, tanto do início quanto do final daquele livro. Por conta das leituras reiteradas dos textos, aprendeu todas as lições e soube repeti-las em vários momentos, inclusive muitos anos mais tarde:

Deus ao mundo deu a guerra, a doença, a morte, as dores,
Mas para alegrar a terra, basta haver lhe dado flores,
Umhas criadas com arte, outras simples e modestas,
Há flores por toda a parte, nos enterros e nas festas.
Nos jardins, nos cemitérios, nos pauis e nos pomares,
Sobre jazigos funéreis, sobre berços e altares.
Amai as flores, crianças, sois irmãos nos esplendores,
Pois há muitas semelhanças entre as crianças e as flores (OLIVEIRA, 2004).

Os versos compartilhados à frente do professor e dos seus colegas foram conservados na memória do estudante que guardou o ritual escolar como lembrança de um tempo especial, quando todos os dias repetia o costume da recitação, desde o primeiro momento da sua chegada à sala de aula. João Alves de Oliveira tomava o seu assento, abria o livro de textos e escolhia a lição do dia para decorar e copiar às vistas do professor que, sentado em sua cadeira, aguardava-o para tomar a lição, corrigir os seus erros e indicar a sua próxima tarefa; seria de matemática, exercícios de aritmética, contas de somar ou outra operação? Seria alguma lição de História do Brasil? É provável que sim.

Uma a um, os alunos cumpriam aquele ritual e observavam os colegas que se dirigiam à mesa do professor para dar a leitura de cor dos textos do livro e ouvir as explicações sobre os erros cometidos por eles. “Então, a gente fazia conta, punha lá. Ele corrigia se não estivesse certa, porque às vezes o indivíduo levava e não estava certa. Na hora

em que ele corrigia, chamava e orientava. A escrita, ele corrigia direitinho. Onde havia erro, chamava” (OLIVEIRA, 2004).

As lições tomadas nas escolas da LSCA seguiam o disposto no Regimento Interno que definia em seu Art. 1º, § 1º: “O ensino ministrado pelo curso elementar, mantido pela Liga Sergipense contra o Analfabetismo, obedeceu aos modernos métodos em uso e não podera o prazo ser maior de dois anos” (SERGIPE, 1918, p. 1). Além da leitura e do cálculo, a proposta educativa prescrevia o ensino das noções cívicas, porque os símbolos nacionais constituíam matéria tão importante quanto à gramática e a caligrafia. Os conteúdos ensinados incluíam leitura elementar, caligrafia, aritmética, contabilidade, assim como operações fundamentais, noções de geografia e história pátria. “Conjuntamente com este ensino, fica estabelecido um resumido curso cívico, destinado ao ensinamento das principais datas nacionais e cânticos patrióticos e um de noções preliminares de geographia do Brazil, sua divisão politica” (SERGIPE, 1918, p.1).

Uma programação tão extensa exigia mais tempo para o seu atendimento e materiais didáticos específicos. O Conselho Superior do Ensino determinou a “Cartilha de Arnold” para as escolas da LSCA, em 1917, quando o Estado doou cinquenta e um exemplares que, somados aos cinco adquiridos com recursos próprios pela diretoria, foram distribuídos entre os alunos (LIGA..., 1917). Em 1920, a Diretoria de Instrução Pública ofertou também a cada uma das escolas existentes um exemplar das “Leituras Cívicas” (SERGIPE, 1920).

O livro de textos “Corações de Criança”, de autoria de Rita Macedo Barreto, foi utilizado nas escolas da LSCA e teve grande circulação em Sergipe, sendo dos mais vendidos nas livrarias locais (ALBUQUERQUE, 2004). O primeiro volume tinha capa avermelhada e um coração estampado, diferenciando-se dos demais da série pelo nível menor de dificuldade, pois o tamanho das letras era grande o suficiente para facilitar a leitura dos textos, permitindo ao aluno gravar as histórias sobre a natureza, os homens e a guerra, assim como para repeti-las em presença do professor, na hora das lições. As configurações dos livros dois e três eram semelhantes ao primeiro, com a capa bege e o mesmo coração desenhado, mas a letra dos textos era minúscula para maior complexidade.

O tamanho das letras não foi o único desafio dos alunos, mas a grafia das palavras também porque se tratava de expediente para avaliação do nível de desenvolvimento deles e da possibilidade de avanços nas lições. Somente quando superadas as dificuldades com a letra de imprensa, passava-se a estudar o “livro manuscrito” para que se conhecessem outras

formas de escrita; apenas quando decorados todos os textos de um volume, passava-se ao seguinte.

Para escrita, os alunos recebiam pena, tinta e papel, embora a distribuição tenha sido irregular entre as escolas, havendo grande concentração e variedade em algumas unidades em detrimento de outras. A Escola Clodomir Silva, em Laranjeiras, por exemplo, chegou a possuir vinte lousas, algo pouco comum em relação às escolas, cujos alunos precisavam comprar caderno e tinta. As mães preparavam as tintas nas cores preferidas dos filhos e permitiam que eles emprestassem aos colegas que não possuíssem recursos para adquirir aquele material.

Aprender a ler e escrever era coisa difícil para os alunos e muitos não conseguiam nos dois anos de estudos regulamentados, em duas horas diárias em sala de aula, com flexibilidade de horários para iniciar e terminar as atividades escolares noturnas: das 17 horas às 19 horas, das 18 horas às 20 horas ou das 19 horas às 21 horas. Assim, o curso chegou a atingir até quatro anos, respeitando-se a diferença de idade dos alunos e o nível de aprendizagem deles: 1. iniciantes - sequer sabiam segurar o lápis e escrever as primeiras letras; 2) leitores; 3) adiantados na leitura; 4) mais adiantados na leitura.

Os alunos, iniciantes do primeiro ano, sentavam nas carteiras da frente, já os leitores do segundo ano sentavam na segunda fila, seguidos dos alunos adiantados e mais adiantados do terceiro e quarto ano que liam com regularidade e sentavam nas últimas filas. João Alves de Oliveira foi aluno das últimas filas e viveu toda a experiência escolar, inclusive do descanso e da brincadeira!

Nas imediações da escola, ele experimentou, com os colegas, o recreio sob a vigilância do professor que os observava de perto, sentado embaixo de um pé de tamarindo. Ali, na pracinha próxima a escola, eles jogaram bola, correram bastante e comeram as guloseimas compradas com os poucos trocados que possuíam. “Tinha uma bolachinha. Era assim, a gente chamava: cacetinho. A gente com um tostão comprava cinco bolachões que era capaz de não comer, bolachão de vintém. Era para muitos companheiros” (OLIVEIRA, 2004). Nas ruas da cidade também comemoraram o “7 de setembro”, marchando, em fila, ao toque de um tambor, circulando a praça principal e entoando o Hino Nacional e o Hino de Sergipe, porque, naquelas ocasiões, a escola honrava com o seu compromisso cívico.

Aqueles alunos vivenciaram a rotina escolar, em todos os seus aspectos, inclusive nos momentos de tensão, quando eram submetidos ao rigor da inspeção. Agitados com a

presença daquele “sujeito fardado, com quepe, imitando um militar que aparecia de quando em vez”, cumpriam o seu papel de estudante, saudando-o com a canção: “[...] recebemos tão honrosa e tão grata visita, ele vem nos trazer incentivo, animar nossa luta bendita. Legionário da luz contra as trevas, sabemos vitória e poder. Essa honra também saberemos [...]” (OLIVEIRA, 2004).

Experimentaram a força do movimento cultural e civilizatório de combate ao analfabetismo que inscreveu a rotina de todas as salas de aula organizadas, subvencionadas ou orientadas por seus líderes em Sergipe, reunidos em torno da proposta educativa da LSCA. Um movimento que secundava a ação do Estado, sem deixar de exercer a sua capacidade de controle sobre o cotidiano escolar e gerar resistências.

A LSCA mantinha um serviço próprio de inspeção e os seus fiscais de ensino foram a princípio escolhidos entre os diversos sócios nas mesmas eleições dos diretores; porém, a partir de 1950, a falta de interessados para a tarefa e as dificuldades de acesso às escolas do interior fizeram com que a função passasse a ser remunerada, algo que elevou as despesas e fez a fiscalização implicar nova proposta para a LMC, deliberando-se em favor da indicação dos fiscais dentre os maçons que moravam nos municípios em que funcionavam as escolas.

As visitas dos inspetores visavam a surpreender os professores e os alunos, acontecendo uma ou duas vezes por ano em cada escola, mas eles sempre permaneciam de sobreaviso. Muitos pareceres e sugestões eram registrados, naquelas ocasiões, nos termos de inspeção que o próprio professor ou professora cuidavam de remeter cópias, juntamente com os pontos diários das escolas, ao Diretor da Instrução Pública ou Diretor Geral do Departamento de Educação, ao presidente e a secretária da LSCA e ao próprio Inspetor responsável (LSCA, 1922).

Em Sergipe, a inspeção permitiu ao Estado controlar as ações escolares, na tentativa de assegurar a uniformidade dos métodos e processos de ensino empregados nas várias escolas, inclusive nas escolas isoladas da LSCA. Em 1932, o inspetor Florival de Oliveira recomendou à professora da Escola Severiano Cardoso que comparecesse às reuniões da classe experimental do Grupo Escolar, instituída no dia 6 de agosto daquele ano, a fim de aprender a fazer o uso dos Centros de Interesse, considerados de grande proveito na educação de alunos já adiantados em idade (OLIVEIRA, 1932).

O mecanismo de uniformização do sistema de ensino, utilizado pelos Estados no processo de construção de sua identidade, legitimou a sua hegemonia na Federação, a

exemplo de São Paulo, que não apenas organizou a sua rede escolar, como também a transformou em modelo para os demais. As reformas paulistas do ensino, nas primeiras décadas do século XX, definiram como símbolos do progresso e da República as práticas da sua Escola Normal, os dispositivos de inspeção escolar, o grupo escolar e o método intuitivo, entendidos como dispositivos expressivos da modernidade pedagógica (CARVALHO, 2000a).

Nas escolas da LSCA, o inspetor conversava com os professores, olhava as turmas e observava o andamento dos trabalhos, consultando os alunos sobre o seu gosto pelo estudo e lembrando que o futuro de uma pessoa dependia da escola, pois o analfabeto não tinha “voz nem vez”. Para se certificar dos resultados do ensino, verificava a clareza e precisão das respostas dos estudantes em uma arguição comandada pelo professor sobre as matérias ministradas e percebia os embaraços de alguns ao se esforçarem na demonstração do bom rendimento na leitura, escrita e nas noções de civismo (OLIVEIRA, 2004).

O rendimento do alunado era medido também pelas condições de higiene e podia ser reprovado, diante da visita dos inspetores. Na falta de sanitários, o uso de lugares mais afastados para atendimento das necessidades físicas era aceitável, quando longe das pessoas e com a devida licença do professor. Mas, o uso coletivo do copo fugia completamente às boas maneiras e era rigorosamente condenado pelos inspetores, como ocorreu na Escola Laudelino Freire, quando o inspetor escolar do 2º distrito, José de Carvalho Déda, insistiu, nas recomendações de melhorias dos hábitos de higiene, indicando o uso do copo individual como medida necessária. A um canto da sala de aula, devia figurar o vasilhame com a água, em cima de uma pilastra, para que os alunos se servissem à vontade com os seus copos individuais levados de casa (DÉDA, 1944)

A conduta funcional dos professores tornava-se visível pela organização dos espaços, pois havia uma relação das condições dos prédios e disposição material com a higiene e com a saúde dos estudantes, segundo os padrões estabelecidos desde o século XIX, no Brasil, pela dimensão higienista da política civilizatória (GONDRA, 2000). Deficiências na iluminação representavam um perigo para a visão do aluno, predispondo-o a aborrecimentos e desânimo, logo se tratava de um problema a ser observado e corrigido. A boa aparência dos alunos sinalizava o cuidado com o asseio, devendo-se apresentar os estudantes adequadamente vestidos às aulas, ainda que fosse necessário o custeio das roupas, pela LSCA. A limpeza das unhas e cabelos era um cuidado essencial observado nas inspeções, assim como a vacinação para a garantia da proteção contra epidemias, como a varíola.

Houve casos de rigorosa fiscalização médica, por conta do risco da contaminação de

doenças graves manifestadas nas regiões em que se situavam as unidades escolares da LSCA. A vacinação de todos os discentes chegou a ser solicitada pelos inspetores, bem como a apresentação de atestado de saúde, tendo-se obtido atestado coletivo dos estudantes pelas dificuldades econômicas dos pais, para se evitar a propagação de epidemias que traziam como consequência a ausência do alunado. Em 1944, um aluno foi afastado da Escola Aminthas Jorge, em Simão Dias, por suspeita de doença contagiosa (DÉDA, 1944).

O rendimento dos alunos, os cuidados com a higiene e saúde nas escolas, o nível de desenvolvimento intelectual e da capacidade didática docente determinavam a boa conduta funcional do professor. O cuidado necessário com a frequência dos estudantes era mais uma responsabilidade do professor, apesar das causas alheias ao cotidiano escolar prejudicarem as inspeções sob tal ponto de vista. As chuvas à noite dificultavam o acesso dos alunos à escola e o trabalho agrícola interferia, negativamente, na frequência escolar, em épocas de colheita da lavoura; embora, ainda assim, fossem necessários todos os esforços no sentido de assegurar a assiduidade e um registro positivo do número de alunos no período das inspeções escolares.

O bom professor estaria sempre ocupado antes, durante e após as inspeções, pois uma vez encontrado em exercício, cumprindo as disposições regulamentares, atuando de acordo com as ordens e instruções já recebidas, mostrava-se empenhado; contudo, se alheio aos seus compromissos, ausente da escola ou agindo contrariamente às normas estabelecidas e com falta de respeito às autoridades, deixava a desejar e recebia as devidas advertências. Entre as qualidades esperadas de um professor, pelos inspetores, estavam a vivacidade, inteligência e habilidade na transmissão dos conhecimentos, além da paciência e do tempo de leitura, pois somente isso poderia torná-lo “[...] um anjo de caridade descido do céu para alfabetizar esta gente menos culta” (CARVALHO SOBRINHO, 1942).

Nas cidades do interior havia, o comissário de ensino que colaborava com o serviço de inspeção escolar, prestando informações sobre os professores, juntamente com autoridades e pessoas de destaque que acompanhavam os inspetores em suas visitas formais ou informais. Na noite do dia 18 de setembro de 1940, o inspetor escolar José Sebrão de Carvalho Sobrinho foi acompanhado, em sua visita à Escola Comendador Travassos, das seguintes pessoas: Agenor Martins Fontes, prefeito da cidade de Santo Amaro; Odilon de Sousa Teles, exator de vendas; Josias Freire da Silva, professor (CARVALHO SOBRINHO, 1940).

Provavelmente, pelos investimentos da população na LSCA, a sociedade tenha se envolvido na fiscalização das escolas, sendo comum a presença de jornalistas como o diretor da Revista Mercúrio que esteve na Escola Tobias Barreto acompanhado de Silvano Auto de

Oliveira para coletar as “boas impressões” e publicá-las. Segundo ele, a professora cumpria a sua tarefa com desprendimento e carinho, cuidando das “criancinhas pobres que para ali se dirigem em busca do pão espiritual que é o saber” (LIGA..., 1929).

Mas a inspeção escolar era uma prática regulamentada, cujo exercício ficava a cargo de pessoas autorizadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública ou pelos diretores da LSCA. Quando certo Oséas Costa, dito inspetor da LBCA, começou a percorrer o interior do Estado para discorrer longamente sobre temas como a instrução moderna, fazer arguições com os alunos e declarar-se envolvido na peregrinação de desanalfabetizar o Estado, ele foi impedido porque não tinha nenhuma autorização para representar ou fiscalizar as escolas do Estado (DIRETORIA..., 1928).

Finalmente, as inspeções serviam ao reconhecimento público do bom trabalho dos professores, dos alunos e dos líderes da campanha de combate ao analfabetismo, pois anualmente eram realizadas as sessões de encerramento das atividades letivas nos salões nobres do IHGSE, da Biblioteca Pública e da LMC, para prestigiar as práticas escolares com a distribuição dos prêmios em honra ao mérito. Em 1943, a delegação das Lojas Maçônicas do Oriente de Alagoas assistiu as atividades e demonstrou a atenção da Ordem Maçônica em Sergipe com os assuntos educacionais, pelo incentivo oferecido aos alunos, professores e escolas face à criação do Prêmio Cotinguiba (LSCA, 1943, 1950). Dada a sua importância no rol dos grandes acontecimentos da campanha de combate ao analfabetismo, somente acontecimentos muito especiais alteravam o ritual das festas de encerramento das escolas da LSCA, a exemplo da Revolução de 1930 que interrompeu aquela celebração anual (FONTES, 1931).

Os alunos eram premiados por bom aproveitamento, assiduidade e comportamento nas escolas, sendo o número de notas obtidas, no semestre, considerado elemento importante para a verificação do seu rendimento, pois um total de vinte e cinco notas durante o ano letivo era esperados, tendo o professor atribuído notas semanalmente àqueles que se mostrassem mais aplicados. Para distribuição dos prêmios aos alunos mais destacados, considerava-se a profissão ou vocação demonstrada por eles.

Em 1939, sob o patrocínio do Rotary Club de Aracaju, através do Caixa Escolar Almirante Aminthas Jorge, o aluno José Ascendino Santos, 16 anos, recebeu uma chave de fenda e um alicate, conforme a sua solicitação e o seu entusiasmo pelos trabalhos de mecânica. Álvaro José dos Santos, 17 anos, aprendiz de pedreiro, recebeu um nível, uma colher, um martelo e um manual. Um outro aluno, de nome Luiz Gonzaga Santos, 18 anos,

aprendiz de marceneiro, ganhou um arco de pua, um estojo com 12 ferros sortidos e um manual. Por fim, Mário José dos Santos, um copeiro de 21 anos, foi contemplado com um duque branco e um livro educativo do cidadão, de C. Wagner (UMA..., 1939).

Os prêmios tiveram lugar no contexto das práticas escolares da LSCA, assim como os castigos e toda a vigilância, porque a campanha contra o analfabetismo tinha um teor disciplinar que orientava a ação educativa para um projeto civilizatório. A experiência educacional foi bem sucedida, justamente, por ter conseguido transmitir valores, não obstante, a precariedade e insuficiência de material a que as práticas pedagógicas estavam submetidas; valores necessários à finalidade de regular a sociedade, ainda que incapazes de impedir certas reações contrárias. Do ponto de vista das ideias pedagógicas, os professores mantiveram-se presos às antigas práticas escolares, resistindo a posições intensamente divulgadas e, a despeito do controle exercido pelos inspetores, não se cumpriu tudo que fora determinado em relação às diretrizes pedagógicas no interior escolar.

Sem desobrigar o leitor de uma crítica possível e necessária aos resultados alcançados pela campanha de combate ao analfabetismo, pois é verdade que muitos alunos voltaram aos trabalhos mais insubmissos e esquecidos do pouco que aprenderam, sequer conseguindo ler e escrever, as escolas da LSCA atenderam aos imperativos para os quais foram destinadas. Funcionaram como instâncias de propagação das luzes e cultivo do sentimento patriótico, cuidando da saúde dos jovens alunos para que se tornassem brasileiros fortes, além de cultos e generosos, capazes de amar a terra em que nasceram e trabalharem em seu nome. A favor das práticas escolares, concorreram outras ações culturais no contexto urbano, com o mesmo intuito de fazer a população se unir em torno da propagação do saber, do exercício do trabalho e da cultura da benemerência.

Além das escolas, o saber e amor à pátria iluminam a cidade

A cultura cívico-patriótica ultrapassou os limites escolares e adentrou o contexto das cidades, sensibilizando a população, ávida por mudanças, que se sentia representada nos eventos sociais, na simbologia cultivada e nas sociabilidades resultantes das ações em prol do combate ao analfabetismo. Não se tratava apenas dos rituais patrióticos e das homenagens aos

ilustres filhos do Brasil, mas principalmente dos festivais artísticos, realizados em Aracaju, pela LSCA, para suprir as necessidades financeiras da sua campanha e civilizar a parte mais distinta da população.

O hino da LSCA tornou-se o mais importante símbolo da campanha cívico-patriótica levada a efeito pelos seus líderes e um instrumento de divulgação dos ideais, sendo executado em todas as ocasiões públicas em que se quis representar a instituição. Com letra de João Pereira Barreto e música de Florival Geremias dos Santos, posteriormente adaptada para “orfeon escolar a uma voz” por Domicio Fraga, o hino foi aprovado na comemoração do quinto aniversário de fundação da associação, pelos diretores reunidos na residência do presidente Amynthas José Jorge, quando os versos foram entoados e o conteúdo nacionalista exaltado sob a audiência dos heróis da salvação brasileira:

Encantada, bemdicta semente,
Que germina, espalhando instrução,
E que desse á calligem da mente,
Rebentando depois em clarão.
És a força propulsora,
Dos anhelos immortaes;
Salve! Deusa redemptora,
Dos erros dos nossos pais.
Fonte occulta dos raios purpureos,
Que se fazem na treva arreboes,
Deus te escuta os plangentes murmurios,
E os transforma de suditos em soes.
Maravilhosa semente,
Das grandes forças moraes,
Podes muito no presente,
E no porvir podes mais (HYNNO..., 1921, p. 2).

Aquele monumento patriótico exaltava as potencialidades das luzes do saber, da força moral e da energia para o trabalho, tão necessárias ao desenvolvimento do Brasil. O hino da LSCA enaltecia a riqueza intelectual do país que brotava de uma iniciativa para assegurar a tradição das virtudes e a integridade de uma identidade nacional. Fazia parte do panteão construído pelos heróis da Pátria que em Sergipe promoviam o culto da alfabetização; honrados heróis desprendidos e devotados ao progresso do país cujos nomes ficaram registrados nos livros da instituição e nas páginas da sua história para representar todo grupo: Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, Teófilo Dantas, Thales Ferraz, Gentil Tavares, Francisco Monteiro de Almeida e Amynthas José Jorge.

Ao espargir as luzes, além das escolas, os heróis da salvação nacional desenvolveram um projeto educacional ambicioso, atingindo as camadas menos favorecidas da sociedade e

também os grupos mais abastados, mediante iniciativas específicas de grande efeito moral, a exemplo dos festivais artísticos e beneficentes. As matinês, em prol das finanças da LSCA, agitaram a vida cultural de Aracaju, imprimindo nota de elegância e de civilização à cidade, com acontecimentos especiais realizados no Teatro Carlos Gomes, no Cinema Moderno, no Eden Cinema e no salão da Biblioteca Pública de Aracaju. A audiência lotou os salões em dias de domingo e feriados para viver “tardes de emoção” e “noites de flores”, dirigidas pelos artistas sergipanos, com seus números de música, dança, cinema e literatura.

Daqueles eventos, esperava-se mais que diversão; esperavam-se resultados concretos em termos das mudanças que poderiam operar no espírito patriótico, porque a sua realização tinha propósitos muito claros, a educação das pessoas, mediante ocupação dos espaços urbanos, por serem eles espaços de aprendizagem que se multiplicam, indo além da sala de aula, ocupando também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festa, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios, as ruas, as praças e os estádios desportivos. (NUNES, 2000).

Vários lugares em Aracaju foram transformados para atender aos propósitos educativos da LSCA e receber um público dos mais distintos que foi prestigiar os eventos artísticos em nome da construção do Brasil e da boa reputação pessoal. Passar em uma das melhores casas comerciais da cidade, na Alfaiataria Moderna ou no Prato Chinez, para pagar o bilhete às vésperas do espetáculo e usar o melhor traje no grande dia era hábito do escol social interessado em sua própria civilização e na produção de uma representação positiva acerca dos seus modos de vida.

Em 1920 foram organizados dois festivais consecutivos, um no dia 21 de abril e outro no dia 13 de maio para conseguir os recursos necessários à criação da escola de Santo Amaro. No segundo dia, a esposa do Presidente do Estado se fez presente e mostrou o quanto a sua atitude devia ser imitada, pela importância atribuída aquele tipo de atividade social (O SEGUNDO..., 1920). Em outubro de 1923, uma daquelas “festas de fino gosto artístico” deleitou os membros mais distintos da sociedade local presentes na Biblioteca Pública, dotados de extremo bom gosto. Dentre eles Clodomir Silva, orador da LSCA, responsável por abrir o espetáculo. (FESTIVAL..., 1923)

A partir dos festivais da LSCA, surgiu um grupo de artistas amadores comandado por Amynthas José Jorge, formado por Anderson Vieira, Arlindo Luz, Candoca Jorge, Carlos Andrade, Celsa Almeida, Cesartina Regis, George Schutze, Hugo Correia Paes, Jasmezia

Figueiredo, José de Goes, Leonor Queiroz, Luiza Paes, Maria José de Lima, Marina Jorge, Milton Regis, Norma Reis, Roberto Azevedo e Violeta Andrade.

Dentre os artistas, estavam o músico Domício Fraga, com a sua batuta hábil, girando ao compasso dos trechos escolhidos e Clarisse Andrade, ao piano, exibindo-se garbosamente com sua pouquíssima idade. As crianças faziam os seus números também e eram tão elogiadas quanto criticadas pelos adultos, conforme a segurança nos papéis representados, o domínio de palco e a capacidade de conquistar o público. Dos artistas, esperava-se grande atração, principalmente, da ala feminina:

[...] gentis senhorinhas da melhor sociedade, a quem recomendam as graças de que são portadoras, e a bondade natural que lhes enriquece a alma e que lhes inspira os surtos generosos em prol duma causa tão geralmente querida como é a Liga Sergipense contra o Analfabetismo. (O SEGUNDO..., 1920, p. 1).

O riso espalhava-se quando os artistas da *troupe* “Rosas de Cardona” encenavam a comédia nos festivais dos anos de 1919 e 1920 “Espíritos em Casa”, assim como “Casem-se, Rapazes”, cena cômica de Julio Haworth,. Dentre outras expressões teatrais encenadas pelos artistas constavam “O Album”, monólogo de Ernesto Rodrigues, a pantomina cômico-trágica “Dramalhão Ouzado” e o passatempo “Declaração por Carta”. (O FESTIVAL..., 1920).

Na dança, números mais graciosos e delicados como os bailados eram preferidos por seu efeito, sendo interpretados especialmente: “When Mariutche Shake” e “Sob a Luz da Lua”. Mas a valsa e o tango tiveram o seu lugar nos festivais também, sendo demonstrados a “Valsa das Senhoras” e o tango “Deixa Está”. Nas sessões cinematográficas, os filmes fascinavam a assistência pelo entrecho empolgante, da *mise-en-scène* luxuosa, dos protagonistas, tendo-se destacado o filme Ícaros, em 8 partes (CORREIO DE ARACAJU, 1921).

Definitivamente, foi a música erudita a grande atração dos festivais artísticos aracajuanos, seja a ópera que deslumbrou a audiência ou os acordes do violoncelo e do piano que enlevaram os auditórios com obras executadas de compositores internacionalmente renomados, com destaque para o compositor alemão Ludwig Van Beethoven, o francês Jules Émile Frédéric Massenet e o italiano Ruggero Leoncavallo, dentre outros (SOUZA, 2013). A concepção de música erudita evoca a tradição teórica e composicional de um tipo de música feita no ocidente entre a Idade Média e os dias de hoje, sendo preferida em lugar da ideia de música clássica pela intenção de distanciar a história da LSCA de qualquer compromisso com uma interpretação que designe um período específico da história da música ocidental (SIMÕES, 2008).

Nos anos de 1919 e 1920 foram interpretadas e apreciadas obras da música erudita mundial como: “Clair de Lune”, de Ludwig Van Beethoven, “Aria de Salomé”, de Jules Émile Frédéric Massenet, “Mazurca Polaca Kuyawia”, de Henryk Wieniawski, “Barcarola”, de Jakob Ludwig Felix Mendelssohn Bartholdy, “The giorni son que Nina”, de Giovanni Battista Pergolesi (CORREIO DE ARACAJU, 1919).

A música também se fez presente pelas bandas que davam o toque de alegria na entrada e na saída dos festivais de arte aracajuanos, a exemplo da banda do Corpo Policial e da banda “Joaquim Honório”, sempre presentes no final dos espetáculos, geralmente meia noite, quando os artistas e organizadores recebiam os cumprimentos dos presentes (CORREIO DE ARACAJU, 1919).

Ao conjunto das expressões artísticas, aliava-se a *performance* dos artistas e a ornamentação dos espaços que davam toque especial aos festivais aracajuanos, embora não faltassem críticas à organização, pelo imprevisto da luz clara do sol, adentrando os espaços e ofuscando os espectadores; pelo imprevisto do calor insuportável nos recintos ou ainda da falta dos artistas anunciados. As críticas e os elogios partiam dos jornalistas principalmente que cobriam os eventos, comentando as qualidades e os defeitos na imprensa, pressionando os artistas a se esmerarem nas suas próximas apresentações, cobrando mais organização para os eventos e agrado do público contribuinte.

Do ponto de vista da organização, os festivais artísticos demandavam esforços especiais de todos os colaboradores mais diretamente envolvidos, principalmente dos professores das escolas. As mulheres providenciavam petiscos, decoravam espaços e recepcionavam convidados, além de contracenarem. Os homens transportavam instrumentos, divulgavam os eventos, ensaiavam os artistas e discursavam nos momentos oportunos dos espetáculos. Durante os festejos, todo empenho era necessário para resolver os eventuais problemas, tais como suprir a ausência de artistas que desistiam de participar de última hora ou decidir sobre os números que seriam repetidos ou excluídos a contragosto do público, a exemplo das pantomimas pouco apreciadas.

A ideia dos festivais artísticos prosperou, em detrimento de qualquer pessimismo acerca das possibilidades de organização, e ainda na década de 1930, viram-se florescer, na cidade, outras iniciativas similares. Em novembro de 1935, o Rotary Club de Aracaju realizou uma “Semana de Alfabetização” com extenso programa de atividades recreativas e artísticas, incluindo distribuição de boletins, passeatas, sessões cinematográficas, festivais lítero-musicais, chás dançantes, festivais esportivos e retretas (ROTARY..., 1935). Com o incentivo

da pianista Helena Abud foi realizado um festival em 1938 (TAVARES, 1938); com o apoio do Grupo Social Educativo Cristão aconteceu o segundo festival daquele ano no teatro do Sítio Betânia, situado na Rua Pedro Calazans (LIGA..., 1939). Em 1942, ocorreu um festival artístico organizado pela Academia Sergipana de Letras, para reafirmar a consciência da responsabilidade da população no combate ao analfabetismo e alimentar a tradição da cultura cívico-patriótica que àquela altura assumia outros contornos, sendo reconhecida pela equivalência com a chamada inteligência sergipana.

Afinal, as atividades culturais desenvolvidas iluminaram a cidade e se expandiram as práticas civilizatórias nacionalistas da LSCA, desde a implantação das escolas de alfabetização até o florescimento dos eventos sociais e dos monumentos patrióticos que completaram um ciclo na história de uma semente que despontou para o mundo e se multiplicou, deixando, para trás, muitas raízes.

Considerações finais

De 1916 a 1950, prosperou a campanha da LSCA sob o efeito do movimento cívico-nacionalista levado a efeito por intelectuais convictos do atraso em que se encontrava a sociedade brasileira, pela situação lastimável de ignorância e inércia geral da população. Aquela campanha educacional fundamentava-se nos princípios do pensamento intelectual moderno apropriado pelos intelectuais sergipanos para dar conta de um projeto civilizatório local de cunho cívico-patriótico, voltado para a formação do homem culto, sensível e ágil, do homem republicano.

O analfabetismo tornou-se questão nacional e reuniu diferentes frentes de combate, por ser percebido como grande problema do Brasil e de Sergipe, a causa de todos os males da sociedade: da miséria, da doença, do crime e dos vícios; era um perigo interno que requeria uma organização especificamente voltada para o seu fim. Autoridades políticas, militares e religiosas, industriais e comerciantes reuniram-se em torno da LSCA para promoverem a campanha de combate ao analfabetismo, demonstrando que a sociedade civil podia secundar a ação do Estado no cumprimento de sua tarefa e cobrar deste, ao mesmo tempo, a responsabilidade pela difusão do ensino elementar.

A imprensa teve papel decisivo no processo de adesão da população àquela causa, mas a sua institucionalização não se deu sem conflitos, pois havia controvérsias em relação às soluções apontadas para os problemas do país. A escolarização das camadas menos favorecidas socialmente podia se converter em risco e manifestações de incertezas surgiram, inclusive, entre os aliados, pois o analfabetismo podia ser até um mal necessário e a LSCA um instrumento completamente inútil para o Estado, se a difusão do ensino pudesse conturbar a ordem social. Por outro lado, que interesses teriam os líderes daquela campanha? Seria apenas meios de promoção e bem-estar pessoal ou real demonstração de solidariedade da parte deles?

Tanto os defensores, quanto os opositores da difusão do ensino elaboraram uma imagem preconceituosa do analfabetismo e do analfabeto a partir da LSCA, a qual se difundiu no contexto cultural sergipano e serviu para reforçar as distâncias existentes na sociedade, revelando o caráter conservador de um projeto voltado para a manutenção da ordem necessária à consolidação do Estado. Quantas vezes os sócios fizeram as suas contribuições em favor das vantagens políticas resultantes dos seus atos? As concessões faziam parte das

relações estabelecidas pelos intelectuais, a notar pelas homenagens e honras prestadas a quem mais fez doações em dinheiro que em trabalho, por exemplo. A sensibilidade em torno da situação do país e da condição do analfabeto atrelava-se a interesses distintos, inclusive, ao capital cultural advindo dos atos heroicos.

À parte as razões do significativo envolvimento de distintos grupos sociais com a LSCA, o Estado encontrou o apoio necessário em suas iniciativas para desenvolver um projeto de intervenção social de cunho disciplinador, ainda que pautado em pressupostos modernos, porque a fiscalização foi um recurso de controle muito usado, por meio do qual se procurou garantir o cumprimento das diretrizes oficiais. Através da escola, procurou-se inculcar normas e condutas na população, embora nem sempre os resultados tenham sido exitosos, por meio de instrumentos pedagógicos como o programa de estudos, os preceitos higienistas e a racionalização do tempo.

O fato de um militar passar mais de vinte anos à frente da LSCA tornou-se revelador, pois o Almirante Aminthas José Jorge foi eleito para treze mandatos, tornando-se a personalidade mais representativa da campanha de combate ao analfabetismo no Estado e uma das mais importantes no Brasil. A presidência era um posto de destaque e a escolha de um nome para exercê-lo chegou a gerar sérios conflitos, sendo ocupado por ele desde a saída de Adolpho Avila Lima até o momento de sua partida definitiva para Salvador, vinte e dois anos após ter assumido a presidência. Era um liberal reformista que atendia aos imperativos institucionais porque os membros compartilhavam as suas aspirações, embora tivessem divergências sob alguns pontos de vista. Além de Adolfo Avila Lima e Amynthas José Jorge, somente mais três homens ocuparam aquele lugar: Lívio Pereira, Arivaldo Prata e Damião Mendonça.

Jamais uma mulher assumiu a presidência da LSCA até o ano de 1950, embora tenha sido decisiva a participação feminina na campanha de combate ao analfabetismo, pela atuação e interferência nos destinos da associação, seja na vice-presidência e na primeira secretaria ou nas diversas atividades empreendidas. As mulheres souberam colocar-se em meio aos homens para defender as suas posições, a exemplo de Ítala Silva de Oliveira, que enfrentou toda sorte de críticas e agressividades, reagindo com vigor em todos os embates para assegurar o seu espaço no campo intelectual.

Somente com o afastamento de Amythas José Jorge, os postos principais da diretoria da LSCA passaram a ser ocupados por membros da maçonaria, embora desde o ano de 1929, a LMC apoiasse significativamente a instituição, face à desobrigação do IHGSE em relação à

campanha de combate ao analfabetismo. A saída do Almirante coincidiu com a posse definitiva dos maçons que a partir de 1941 assumiram definitivamente os trabalhos. Se o IHGSE foi fundamental para a criação e implementação da LSCA, a LMC foi imprescindível para sua manutenção, pois a autonomia jurídica e o reconhecimento da “utilidade pública” não a amparavam suficientemente do ponto de vista financeiro.

Para organização da rede constituída por trinta e oito escolas isoladas que foram criadas no Estado até 1950, a LSCA dependeu completamente das contribuições dos sócios, das doações em móveis e materiais, da cessão de espaços por particulares e autoridades públicas, assim como do retorno financeiro das muitas atividades sociais promovidas, especialmente dos festivais artísticos aracajuano. Apesar da simplicidade das suas escolas isoladas perante a proposta dos grupos escolares em voga à época da campanha contra o analfabetismo, tornaram-se altos os custos da manutenção das atividades de ensino, pois além das despesas com pessoal, móveis, equipamentos e demais necessidades administrativas, havia ainda a compra de materiais escolares e até vestimentas para os alunos carentes que dependiam também daquele tipo de ajuda.

O processo de desarticulação da campanha contra o analfabetismo teve início com o fechamento das escolas, quando os rendimentos não cobriam mais as despesas e os alunos passaram a buscar o sistema público de ensino que aumentou suas vagas para atendimento da população. O afastamento de Amyntas José Jorge também arrefeceu o ânimo inicial, levando lentamente ao final de um ciclo naquela história, com a fase de euforia passada sem que a meta da fundação da LSCA tivesse sido totalmente atingida, pois os índices de analfabetismo no Brasil permaneceram altos.

Os trinta e quatro primeiros anos da LSCA foram marcados pelo propósito de extinguir o analfabetismo em Sergipe e civilizar a população, seguindo as orientações estatutárias quanto a sua razão de existir, até que não mais se encontrassem no Estado pessoas sem domínio da leitura e escrita. As mudanças sofridas ao longo do tempo foram de ordem administrativa e não conceitual, tendo cada presidente adotado uma prioridade e traçado um plano de ação, sem jamais afastar-se daquele propósito inicial.

Os históricos índices de analfabetismo em Sergipe e no Brasil não diminuíram o sucesso da campanha da LSCA, porque chamar a atenção para os problemas educacionais foi uma meta plenamente alcançada pelos seus idealizadores. Em pouco tempo de fundada, a instituição recebeu o reconhecimento público da sua utilidade e benemerência, criou perspectivas para os grupos menos favorecidos da sociedade, porque os incentivou a

reivindicar escolas, conquistou a população para os eventos organizados, promoveu grande solicitação da comunidade por escolas, estabeleceu relacionamentos com várias organizações sociais, inclusive federais, obtendo doações significativas em seu favor.

O estímulo à expansão da rede escolar e o desenvolvimento de uma proposta pedagógica específica fizeram da LSCA uma instituição bem sucedida e ampliaram a sua importância para a história da educação sergipana. Se o propósito de extinguir o analfabetismo no Estado, até o ano de 1922, não foi atingido em sua plenitude, por outro lado, surgiram perspectivas em torno da existência de uma sociedade escolarizada e democrática que imprimiram, à sua campanha o caráter de luta vitoriosa, porque ajudou a aproximar o Brasil naquilo que se concebeu como pátria de luz, espírito e energia.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, U. R. G. **Docência e luta na literatura modernista: a educação feminina nos romances 'Simão Dias' e 'Estrada da Liberdade' de Alina Paim (1928-1958)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.
- ALMEIDA, M. da G. S. Atividades produtivas. In: DINIZ, D. (coord.) et. a. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1991.
- AZEVEDO, C. B. Rodrigues Dória, Carlos Silveira e a Reforma de Implantação dos Grupos Escolares em Sergipe. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.37, p. 134-150, mar. 2010 - ISSN: 1676-2584.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 6. ed. Brasília: Ed. UNB, 1996.
- BANDECCHI, B. Liga Nacionalista. **Cadernos de História**. São Paulo: Ed. Parma, 1980.
- BARATA, A. M. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: UNICAMP, 1999.
- BARROS, F. A. G. **Movimentos de educação de base (MEB) em Sergipe (1961-1964): uma reconstituição histórica**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.
- BILAC, O. Patriotismo. **Correio de Aracaju**. Ano VI, n. 833, p. 1, 9 de mar. 1913.
- BOTO, C. J. M. C. dos R. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. 1990. 215p. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- BOTO, C. J. M. C. dos R. Sobrevivências do passado e expectativas de futuro: a tradição escolar na cultura portuguesa. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). **Educação, memória e história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Z. **Por entre praticas e memorias: Paschoal Lemme e a Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista: IFAN/CDAPH. Ed. da Universidade de São Francisco, 1999.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAMARGO, M. A. J. G. de. **Coisas Velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958)**. São Paulo: UNESP, 2000.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma física: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. São Paulo: EDUSF, 1998.
- CARVALHO, M. M. C. de. Reformas da instrução. In: LOPES, E. M. T. L.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

- CARVALHO, M. M. C. de. Usos escolares do impresso: questões de historiografia. **Caderno de História e Filosofia da Educação**. São Paulo: FEUSP, v. 3, n. 5, 2000, p. 165-177.
- CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.
- CASTELLANI, J. **Maçonaria e astrologia**. 2. ed. rev. São Paulo: ed. Landmark, 2002.
- CHAPOULIE, J. BRIANO, J. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. **Revista Educação e Sociedade**. SP: Papyrus, ano XV, n. 47, abril 1989.
- CHARTIER, A. CLESSE, C. HEBRARD, J. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Tradução de Carla Valdurga. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, R. **Escribir las prácticas: Foucault, De Certeau, Marin**. Madrid: Manatial, 1996.
- CHARTIER, R.– **Formas e sentidos - cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- COSTA, R. M. **Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- DANTAS, J. I. C. **O Tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930**. Aracaju: Gráfica Ed. J. Andrade, 1999.
- DAVIS, N. Z. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DORIA, E. da F. Centenário do Almirante Aminthas Jorge. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano 1960, v. XIX, n. 24, 1960, p. 38-4.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FARIA FILHO, L. M.de & SOUZA, L.C.B.de. O jornal como fonte para a história da educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In: **Congresso luso-brasileiro de história da educação**. 2, fev.1998, São Paulo: Comunicação, 1998. p. 146.
- FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe**. v. 2. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- FRAGO, A. V. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FRAGO, A. V. **Espacio y tiempo, educación e historia**. Morelia: IMCED, 1996.
- FRAGO, A. V. **Tiempos escolares, tiempos sociales: la distribución del trabajo em la enseñanza primaria em España. (1838-1936)**. Barcelona: Editorial Ariel S. A, 1960.
- FREIRE, A. M. de A. **Analfabetismo no Brasil – da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolonias e Grácias até os Severinos**. São Paulo: Cortez, 1989.

- FREITAS, A. G. B. de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FREITAS, I. A. **‘Casa de Sergipe’**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1999). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) - PPGHS/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar**. 2. v. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GRAÇA, T. C. da. **Pés de anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos Anos Dourados**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.
- HEBRARD, J. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. **Revista Teoria e Educação**. Porto Alegre: Cannonica, p. 65-110, fev. 1960.
- HILSDORFF, M. L. S. Os seminários de educandos de São Paulo. In: MENEZES, M. C. (org.). **Educação, memória e história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 10, janeiro/junho de 2001.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1960, p. 95-106.
- LIMA, A. A. Liga contra o analfabetismo do Brasil – discurso pronunciado, em 24 de setembro de 1916, na sessão magna do ‘Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe’. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, vol. IV, n. 8, p. 296-276, 1919.
- LIMA, A. do E. S. **Atitudes e percepções da população diante do industrial Thales Ferraz (1906-1927)**. 1998. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998.
- LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- LOPES, J. C. N. A Liga Nacionalista de São Paulo e a campanha pela moralização das práticas políticas, na República Velha. **Notícia Bibliográfica e Histórica**. Campinas: PUC, n. 184, jan/mar. 2002.
- MAGALHÃES, J. P. de. **Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime**. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001.
- MANGUEIRA, F. Í. de O. **Colégio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- MOREIRA, S. L. **A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação**. 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1982.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

- NASCIMENTO, J. A. **A contribuição da Maçonaria para a prática educativa em Aracaju (1970-1980)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- NASCIMENTO, J. A. **A Loja Maçônica Cotinguiba nos caminhos da história**. Aracaju: J. Andrade, 2000.
- NASCIMENTO, J. C. do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.
- NEVES, L. F. B. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e expressão cultural**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- NUNES, C. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T. L. FARIA FILHO, L.M. VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 371-398.
- NUNES, C. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.
- NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- OLIVA, T. A. de. O ‘país de que me ufano’: o Brasil no quarto centenário do descobrimento”. **Revista Hora de Estudo**. Aracaju, ano 3, n. 5, p. 29-32, dezembro, 2000.
- OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.
- RAMALHO, J. R; *Antiquae sed novae*: tradição e modernidade na Maçonaria Brasileira. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- RIBEIRO, A. C. **A escola operária Horácio Hora**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- RIBEIRO, J. F. Centenário do Almirante Amintas Jorge. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, v. XIV, n. 19, p. 81-97, 1945-1948.
- SÁ PINTO, S. C. A problemática da cidadania na Primeira República brasileira. **Revista de História**. Vitória, EDUPES, 1º semestre, n. 8, p. 41-65, 1999.
- SAMPAIO, P. Almirante Amyntas Jorge. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano VI, v. VI, fasc. I, II, n. 10, 1925.
- SANTOS, B. V. de J. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no cenário educacional sergipano (1953-1967)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.
- SANTOS, C. M. **Viajando com Bonfim e Bilac através do Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) -Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.
- SEVCENKO, N. **Orféu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, M. N. S. da. **Estado, cultura e escola: um estudo das políticas públicas de alfabetização em Sergipe na década de 80**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996.

SIMOES, J. Almirante Amyntas José Jorge. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano 1960, v. XIX, n. 24, p. 56-61, 1960.

SIMÕES, J. da. **A sala Beethoven (1931-32)**: música e cultura em Porto Alegre. Monografia (Curso de História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOARES, M. J. N. **Alfabetização em Sergipe/1982-1992**: a história de um desafio. 1994. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa no Ensino Fundamental) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1994.

SOUSA, C. F. de. COSTA, R. M. Noites de Flores: música e educação na Aracaju da primeira metade do século XX. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUC, 2013.

SOUZA, C. V. **A República das letras (1889-1930)**. 2001. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TORRES, L. de M. **História de resistência de professores e pedagogos da rede pública**: o projeto de alfabetização da Cotep/Secretaria de Educação de Sergipe. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996.

TOURRET, F. **Chaves da Franco-Maçonaria**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1975.

VAGO, T. M. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação physica e gynastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

VILAS-BÔAS, E. F. **Origens da educação protestante em Sergipe - 1884-1913**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

WIKCIONÁRIO. Ad perpetuam rei memoriam. Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org/wik>>. Acesso em: 02.01.2010.

Fontes

- A LUCTA ao analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2848, p. 2, 10 de abr. 1920.
- A PRIMEIRA conferência pedagógica. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2718, p. 2, 21 de out. 1919.
- ANDRADE, H. de. Ensino público II. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1785, p. 2, 30 de mai. 1917.
- ARGOLLO, A. Alfabeticemos o povo. **Sergipe Jornal**. Aracaju, ano XVI, n. 8213, p. 1, 23 de nov. 1935.
- ARGOLLO, A. **Termo de visita**. Maruim, 28 de set. 1923. Manuscrito.
- BARÃO Z. Os analfabetos. **Sergipe Jornal**. Aracaju, ano V, n. 1207, p. 2, 3 de nov. 1925.
- BARRETO NETO, M. C. Relatório dos trabalhos e ocorrências do período social de 1916 a 1917, apresentado pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, vol. IV, n. 8, 1919, p. 285-300.
- CARVALHO SOBRINHO, J. S. de. Termo de inspeção. Estância, 30 de jul. 1942. Manuscrito.
- CARVALHO SOBRINHO, J. S. de. Termo de inspeção. Ribeirópolis, 29 de out. 1940. Manuscrito.
- CLUB Desportivo Feminino. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano IX, n. 2359, p. 2, 3 de mar. 1919.
- CLUB Desportivo Feminino. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano IX, n. 2394, p. 2, 17 de ago. 1919.
- COMTE, A. Liga Sergipense contra o Analfabetismo: viver às claras e para outrem. **Sergipe Jornal**. Aracaju, ano XVI, n. 8258, 1ª col., 22 de jan. 1936.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5, 1916, Salvador. **Anais...** 2 v. Salvador: Imprensa Oficial, 1916.
- CORREIO DE ARACAJU. Em homenagem ao Almirante Amyntas Jorge – um festival no Cinema Moderno. Aracaju, ano XIV, n. 3234, p. 3, 10 de set. 1921.
- CORREIO DE ARACAJU. Liga Sergipense contra o Analfabetismo - a matineé de Domingo em seu benefício. Aracaju, ano XIII, n. 2671, p. 2, 26 de ago. 1919.
- DALVA, L. Palavras – o analfabetismo. **Século XX**. Aracaju, ano III, n. 156, p. 2, 27 de abr. 1919.
- DÉDA, J. de C. **Termo de inspeção**. Simão Dias, 28 de set. 1944. Manuscrito.
- DIRETORIA Geral da Instrução Pública. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XXI, n. 834, p. 4, 12 de jul. 1928.
- DORIA, R. Conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em a noite de 23 de setembro de 1917. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, v. IV, n. 8, p. 213-250, 1919.

DUARTE, G. Rumo á luz – para o Illm^o Almirante Amyntas Jorge. **Sergipe Jornal**, Aracaju, ano XVI, n. 8217, p. 4, 28 de nov. 1935.

ESTEVEES, J. Inauguração da Escola ‘Severino Cardoso’. **Correio de Aracaju**. p. 2, 13 de jul. 1921.

FESTIVAL da Liga contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XVI, n. 9, p. 9, 10 de out. 1923.

FESTIVAL Pró-Liga Sergipense contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2867, p. 2, 6 de mai. 1920.

FONTES, E. H. G. Liga Sergipana contra o Analfabetismo. **A Ordem**, Aracaju, ano I, n. 52, p. 2, jan. 1931.

FONTES, J. Inauguração da Escola Severino Cardoso. **Correio de Aracaju**. p. 2, 13 de jul. 1921.

GRUPO Espírita Irmão Fego. **Correio de Aracaju**, ano 1906, n. 866, p. 2, 23 de nov. 1937.

GRUPO Espírita Irmão Fego. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano 1906, n. 867, p. 2, 24 de nov. 1937.

GRUPO Espírita Irmão Fego. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano 1906, n. 867, p. 2, 24 de nov. 1937.

GUARANA, A. **Diccionario Bio-bibliographico Sergipano**. São Paulo: Pongetti & C., 1925.

GUIMARAES, M. [Carta] 15 de out. 1916, Rio de Janeiro [para] José da Costa Filho. Aracaju. Parabeniza a fundação da Liga Sergipense contra o Analfabetismo. (Caixa Cartas/IHGSE 1914-1967).

GUIMARAES, M. Liga Sergipense contra o Analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano VI, n. 1660, p.1, 10 de dez. 1916b.

HOLZMISTER, L. P. A educação de adultos. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XLII, n. 4735, jan. 1949, p. 2.

HYNNO da Liga Sergipense contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIV, n. 3227, p. 2, 31 de ago. 1921.

JOSÉ JORGE, A. Liga Sergipense contra o Analfabetismo – aviso. **O Liberal**. Aracaju, ano I, n. 1, p. 3. 03 de dez. 1929.

JOSÉ JORGE, A. O que há com a Escola da Liga - ‘Clodomir Silva’ de Laranjeiras. **Sergipe Jornal**. Aracaju, ano XV, n. 8088, p. 1, 7 de jun. 1935.

JOSÉ JORGE, A. Relatório apresentado á assembleia geral da ‘Liga Sergipense contra o Analfabetismo’ pelo seu presidente. **Estado de Sergipe**. Aracaju, ano XX, n. 5831, p. 4, 2 de set. 1919.

LEAO, A. C. Pela educação popular – Associação das Mais Brasileiras – as senhoras brasileiras. **Correio de Aracaju**. Aracaju, ano IX, n. 1834, p. 1, 11 de jul. 1916.

LIGA contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano 1906, n.1274, p. 6, 3 de abr. 1939.

LIGA contra o Analfabetismo em Ação. **Sergipe Jornal**, Aracaju, ano XIV, n. 3561, p. 4, 20 de abr. 1934.

LIGA de defesa nacional – sua solene instalação. **Diário de Manhã**, Aracaju, ano VII, n. 1766, p. 1, 4 de mai. 1917.

LIGA Segipense contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano IX, n. 1916, p.

1, 22 de out. 1916.

LIGA Sergipana contra o Analfabetismo – a posse da nova diretoria. **Sergipe Jornal**, Aracaju, ano XXII, n. 9975, p. 4, 5 de nov. 1941.

LIGA Sergipana contra o Analfabetismo – a posse da nova diretoria. **Sergipe Jornal**, Aracaju, ano XXII, n. 9975, p. 4, 5 de nov. 1941.

LIGA SERGIPANA contra o Analfabetismo. **Estado de Sergipe**, Aracaju, ano XVIII, n. 5300, p. 3, 5 de out. 1917.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo – mais um benemérito no seu livro de honra. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XV, n. 3336, p. 2, jan. 1922.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo – o nono director visita a escola denominada ‘Tobias Barreto’. **Revista Mercúrio**, Aracaju, ano I, n. 45, p. 7, jan. 1929.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Acta de Instalação, de 24 de setembro de 1916**. Aracaju, 1916. Manuscrito.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Acta de instalação**. Aracaju, 24 de out. 1916.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Ata da sessão magna de encerramento do ano letivo**. Aracaju, Livro de Atas, n. 11, 20 de nov. 1943.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XV, n. 3294, p. 3, nov. 1921.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo. **O Imparcial**, Aracaju, ano I, n. 19, p. 1, agos. 1918.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Ofício n. 102, de 20 de janeiro de 1922**. Aracaju, 1922.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Relatório das Atividades**. Aracaju, 10 de jun. 1949.

LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO. **Relatório das Atividades**. Aracaju, nov. 1950.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo - a inauguração da sua 13ª Escola: a justa denominação que lhe deram fazendo justiça ao merito – Dr. Alcebiades Paes. **Revista Mercúrio**, Aracaju, ano II, n. 91, p. 7, 26 de abr. 1930.

LIGA SERGIPENSE contra o Analfabetismo – acta. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano VII, n. 1770, p. 2, 9 de mai. 1917.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo – cinco annos de proveitosa e utilissima existencia. **Correio de Aracaju**, ano XIV, n. 3245, p. 2, 24 de set. 1921.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano VI, n. 1636, p. 2, 10 de nov. 1916a.

LIGA Sergipense contra o Analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano XII, n. 1629, p. 1, 31 de out. 1916b.

LIMA, A. A. A educação em Sergipe. **Correio de Aracaju**. Ano LII, n. 6219, p. 2, 8 de jan. 1959.

LIMA, A. A. Ad Perpetuam Rei Memoriam. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1781, p. 2, 25 de mai. 1917d.

- LIMA, A. A. Ao Publico II. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1777, p. 2, 19 de mai. 1917b.
- LIMA, A. A. Ao Publico III. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1779, p. 2, 22 de mai. 1917c.
- LIMA, A. A. Ao Publico. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1774, p.2, 14 de mai. 1917a.
- LIMA, A. A. Esboço histórico da instrução publica no Brazil. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1619, p. 1, 18 de abril de 1916b.
- LIMA, A. A. Fragmentos de uma Homenagem. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano V, n. 1171, p. 1, 23 de mar. 1915a.
- LIMA, A. A. Liga contra o analphabetismo do Brasil – discurso pronunciado, em 24 de setembro de 1916, na sessão magna do ‘Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe’. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano IV, vol. IV, n. 8, p. 296-276, 1919.
- LIMA, A. Á. Liga contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano X, n. 1993, p. 1, 7 de fev. 1917.
- LIMA, A. A. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1645, p. 1, 22 de novembro, 1916c.
- LIMA, J. A. da R. Pela alphabetização dos pobres. **Sergipe Jornal**. Aracaju, ano XVI, n. 8219, p. 2, 30 de Nov. 1935.
- LOJ.: Cotinguiba: a inauguração da sua biblioteca. **Diario da Manha**, Aracaju, ano VI, n. 1640, p. 1, 15 de nov. de 1916.
- LOJA Maçonica Cotinguiba. **Estado de Sergipe**, Aracaju, ano XX, n. 5846, p. 2, 21 de set. 1919.
- LOJA MAÇÔNICA COTINGUIBA. Ofícios recebidos (1917-1928). Aracaju.
- LOJA MAÇÔNICA COTINGUIBA. **Relatorio do Anno Maçônico de 1926-1927, (E.: V.:) apresentado pelo Venerável Epiphanio da Fonseca Dória**. Aracaju, 22 de jun. 1927.
- MAIS uma escola da Liga. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XX, n. 561, p. 4, 27 de out. 1927.
- O FESTIVAL da Liga Sergipense contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n.2854, p. 1, 17 de abr. 1920.
- O GENERAL Joaquim Ignácio à Liga Sergipense contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2680, p. 1, 5 de set. 1919.
- O SEGUNDO Espetaculo em favor da Liga contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2870, 9 de mai. 1920, p. 1 (Notas e factos).
- O SERVIÇO militar obrigatório – Club Civil Brasileiro discorda das ideias de Bilac. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano IX, n. 1604, p. 2, 24 de nov. 1915.
- OLIVEIRA, F. de. **Termo de visita**. Estância, 5 de ago. 1932. Manuscrito.
- OLIVEIRA, I. S. de. Nos domínios da instrução VI. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1642, p.2, 18 de nov. 1916c.
- OLIVEIRA, I. S. de. Contra o analphabetismo. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1472, p. 1, 8 de abril de 1916b.
- OLIVEIRA, I. S. de. Liga Brasileira contra o Analphabetismo. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1451, p. 2, 15 de mar. 1916a.

- OLIVEIRA, I. S. de. Liga Sergipense contra o Analphabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano VII, n. 1778, p. 2, 21 de mai. 1917c.
- OLIVEIRA, I. S. de. Liga Sergipense Contra o Analphabetismo. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VII, n. 1776, p. 2, 16 de mai. 1917b.
- OLIVEIRA, I. S. de. Nos domínios da Instrução VIII. **Diário da Manhã**. Aracaju, ano VI, n. 1646, p. 2, 23 de nov. 1916f.
- OLIVEIRA, I. S. Liga Sergipana Contra o Analfabetismo. **Diário da Manhã**, Aracaju, ano VII, n. 1771, p. 2, 10 de mai. 1917a.
- OLIVEIRA, S. A. de. Escolas para ensino de adultos analfabetos ou supletivas – versus ligas contra o analfabetismo: as instituições estão também sujeitas as injustiças dos homens. **O Nordeste**. Aracaju, p. 2, 11 de fev. 1950.
- OLIVEIRA, X. Bilhete ao Almirante Amyntas. **Correio de Aracaju**. Ano XXIII, n. 1239, p. 1, 4 de dez. 1929.
- PAES, A. Pela instrução – ainda um eco da magnífica festa de 11 de maio. **Século XX**. Aracaju, ano IV, n. 162, p. 1, 8 de jun. 1919.
- PELA Pátria. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, ano IV, n. 720, p. 4, 10 de mai. 1930.
- PEREIRA, J. dos S. Dados Biográficos do Almirante Amyntas José Jorge. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Imprensa Oficial, ano VI, v. XIV, n. 19, 1945- 1948, p. 81-97.
- ROTARY Club de Aracaju – semana de alfabetização. **Sergipe Jornal**, Aracaju, ano XVI, n.8208, p. 1, nov. 1935.
- SANTIAGO, E. Liga contra o Analphabetismo – discurso pronunciado pelo sr. Enock Santiago, orador oficial dessa instituição, na sessão de 24 do passado, em comemoração do 3º aniversário de sua fundação. **Estado de Sergipe**. Aracaju, ano XX, n. 5854, p. 4, 2 de out. 1919.
- SANTIAGO, E. Liga contra o Analphabetismo – discurso pronunciado pelo sr. Enock Santiago, orador oficial dessa instituição, na sessão de 24 do passado, em comemoração do 3º aniversário de sua fundação. **Estado de Sergipe**. Aracaju, p. 4, 02 de out. 1919
- SERGIPE. **Estatutos da Liga Sergipense contra o Analphabetismo**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1917.
- SERGIPE. **Livro de tombo da Diretoria de Instrução Pública (1919-1920)**. Aracaju, Imprensa Oficial, 1920.
- SERGIPE. **Regimento interno para as aulas do curso elementar, mantido pela Liga Sergipense contra o Analphabetismo**. Aracaju, Imprensa Oficial, 1918.
- SILVA, L. P. da. Liga Sergipana contra o Analfabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano 1906, n. 1280, p. 6, 12 de abr. 1939.
- TAVARES, C. As escolas noturnas não fecharão. **O NORDESTE**, Aracaju, ano I, n. 106, p.1, 30 de set. 1938.
- UMA Matinée dansante do Club Feminino. **Correio de Aracaju**, Aracaju, p. 2, 30 de abr. 1924.
- UMA nova iniciativa do Rotary Club de Aracaju. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano 1906, n. 1475, p. 4, 22 de nov. 1939.
- UMA petição a Liga contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2717, p. 2, 19 de out. 1919.
- UMA visita à Liga Pernambucana contra o Analphabetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2867, 6 de mai. 1920, p. 1.

VAI ser fundada a nona escola da Liga contra o Analphanbetismo. **Correio de Aracaju**, Aracaju, ano XIII, n. 2918, jul. 1920.

Entrevistas

OLIVEIRA, J. A. de. Entrevista concedida à Clotildes Farias de Sousa. Frei Paulo, 12 de jan. 2004.

MOURA, M. M. Entrevista concedida à Clotildes Farias de Sousa. Aracaju, 8 de jun. 2003.

ROCHA, J. F. da. Entrevista concedida à Clotildes Farias de Sousa. Aracaju, 28 de jan. 2004.

SANTOS, J. B. dos. Entrevista concedida à Clotildes Farias de Sousa. Aracaju, 31 de out. 2003.